

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Apresentação

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro apresenta seu Relatório da Administração de 2018, com os principais resultados e destaques do ano nas áreas de atuação da empresa.

O Serpro foi criado em 1964 e é uma das maiores empresas públicas de tecnologia da informação do mundo, que inova e oferece soluções de alto valor agregado ao governo, aos demais clientes e à sociedade. Há 54 anos a empresa desenvolve soluções que apoiam a consecução de políticas públicas de responsabilidade de seus clientes, conectando governo e sociedade.

Com uma infraestrutura de rede presente em todo o território nacional, os empregados se dedicam a atender mais de 3 mil clientes, entre órgãos e entidades da administração pública e privada.

Mensagem da Administração

O ano de 2018 marcou o conclusão de um ciclo de transformações iniciadas em 2016. O Serpro comemorou a recuperação financeira e a diversificação da carteira de negócios. As conquistas representam motivo de orgulho para a empresa, porque expressam o comprometimento do corpo funcional e retribuem a confiança de nossos clientes e da sociedade, reforçando o valor da marca Serpro.

Encerramos o ano com lucro líquido de R\$ 459,70 milhões, aumento de 273,41% em comparação com o ano anterior, com crescimento da receita e da oferta de soluções em todas as linhas de negócio da empresa – Serviços em Nuvem, Serviços de Informação e Serviços sob Medida. O resultado positivo foi impactado também pela redução dos custos operacionais em 4,50% neste último ano, o que permitiu elevar em 19% o índice de investimento em novas tecnologias, infraestrutura do ambiente operacional de TI e de logística, com foco em ações de inovação e melhoria do ambiente de serviços para os clientes.

Destaca-se, também, a evolução da maturidade do Serpro em governança e gestão. Os resultados obtidos permitiram ao Serpro alcançar nível máximo nas avaliações de governança da SEST e do TCU e receber prêmio da Comissão de Ética Pública.

Tudo isso demonstra mais foco nos clientes e eficiência na busca de resultados sustentáveis. É com esse espírito que reforçamos nossa confiança na disponibilidade e capacidade do Serpro em atender aos desafios da sociedade e do governo em 2019. Temos a certeza que continuamos como o parceiro preferencial do Estado brasileiro na implementação de soluções digitais que viabilizam a execução de políticas públicas para o desenvolvimento do país, cumprindo a nossa missão de conectar governo e sociedade.

1. Governança corporativa

A consolidação e o reconhecimento das boas práticas de governança e gestão do Serpro foram destaque em 2018. A empresa manteve a evolução em governança corporativa, com aperfeiçoamento de práticas de governança e gestão estabelecidas pela Lei 13.303/2016.

Dentre as principais realizações, foram publicados pela primeira vez o Relatório Integrado e a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa. Foram implementados também o Canal Único de Comunicação e Denúncia, as Políticas de Porta-Vozes, de Transações com Partes Relacionadas, Política de Divulgação de Informações Relevantes e de Distribuição de Dividendos, bem como os Regimentos Internos do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria

Ressaltam-se, também, a criação do Portal de Governança Corporativa e a publicação do Referencial de Governança e Gestão, que tem o objetivo de facilitar a compreensão sobre o modelo de governança e gestão, e de contribuir com a disseminação e aprimoramento da temática na empresa.

O conjunto de práticas e realizações alavancou a evolução da maturidade em governança corporativa, conforme atestado pelas avaliações do indicador de governança das estatais, IG-SEST, premiação realizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e pelo Levantamento Integrado de Governança e Gestão do Tribunal de Contas da União – TCU, que apura o índice integrado de governança e gestão públicas – iGG-TCU.

O IG-SEST é medido semestralmente e avalia itens de gestão, riscos, conformidade e governança. Nas duas avaliações realizadas em 2018, o Serpro alcançou o nível máximo da avaliação (Nível 1 de Governança). Já o iGG TCU é medido anualmente e avalia aspectos relacionados à governança pública, pessoas, TI e contratações. Nesse indicador o Serpro também evoluiu em governança e gestão, passando da pontuação de 0,71, em 2017, para 0,79, atingindo em 2018 o nível “Aprimorado”, maior faixa de classificação do indicador.

Somado aos resultados positivos nas avaliações da SEST e do TCU, o Serpro teve o reconhecimento da Comissão de Ética Pública, sendo premiado no IV Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética por apresentar sistema eletrônico de ciência e aceite do Código de Ética, Conduta e Integridade do Serpro.

No contexto da conformidade, integridade, gestão de riscos e controles internos, foram ampliadas as avaliações da conformidade institucional e a cobertura da gestão de riscos para uma maior quantidade de processos e projetos estratégicos. Foi ainda implementado o Comitê de Integridade, composto pelas áreas de Auditoria Interna, Corregedoria, Ouvidoria, Riscos e Conformidade e Comissão de Ética, denominados instâncias de integridade.

Por fim, em 2018, não houve enquadramento dos administradores e gestores estratégicos do Serpro em normativos disciplinares, e não foi instaurado nenhum Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, referente à apuração de responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra o Serpro.

1.1. Governança de TI

A governança de TI trabalhou com um conjunto de mecanismos de gestão, sempre alinhado ao planejamento estratégico e às orientações do Comitê Estratégico de TI. Os mecanismos de gestão possibilitaram um melhor controle das atividades, a estruturação e a organização da estratégia de TI.

A governança de TI foi materializada com a revisão do Plano Estratégico de TI - PETI e do Plano Diretor de TI - PDTI, que definiram os princípios e objetivos de TI para o Serpro, e influenciaram as decisões relacionadas a TI em todas as esferas da empresa, incluindo o direcionamento das prioridades em iniciativas e investimentos para 2018.

Os princípios de TI definidos pelo PETI foram:

- Use padrões Web para governo digital;
- Atue orientado a serviço e microsserviço;
- Automatize o desenvolvimento e a entrega de serviços;

- Concentre-se no usuário para todas as soluções digitais;
- Direcione a tecnologia pelo negócio e induza negócio com tecnologia; e
- Promova a inovação digital.

A governança de TI atuou também no monitoramento de objetivos e ações do PETI por meio da definição e avaliação de indicadores estratégicos de TI e em ações de transparência e disseminação de informações, com a implementação de um portal para o público interno, na intranet da empresa.

1.2. Ações educacionais em Governança

Foram realizadas mais de cinco mil horas de ações educacionais, em 2018, com foco em aprimoramento da governança corporativa e da governança de TI, para o corpo funcional, gerencial e membros dos órgãos estatutários, reforçando o comprometimento de toda a empresa com o tema.

As principais ações realizadas foram:

- Atuando com Ética;
- Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Ética e Boa Governança no Setor Público;
- Gestão de Riscos;
- Governança de TI no Serpro;
- Melhores Práticas de Governança Corporativa para Conselheiros e Diretoria Executiva;
- Postura Ética nas Redes Sociais; e
- Prevenção de Fraude e Corrupção.

2. Estratégia corporativa

O planejamento estratégico do Serpro em 2018 aprimorou os mecanismos de colaboração e integração à operação da empresa. A fase de elaboração contou com a participação de clientes, empresas parceiras e representantes de órgãos de controle e supervisão, apresentando as perspectivas para o ano em suas áreas de atuação.

A participação dos empregados no Plano Estratégico de 2018 foi ampliada e aconteceu em vários momentos ao longo do ano, desde a elaboração de estudos realizados pela rede interna de especialistas do Serpro - Rede de Inteligência, a colaboração nos desafios da Copa Serpro - instrumento de engajamento dos empregados com a realização do Plano Estratégico, até a proposição de sugestões para projetos e iniciativas estratégicas. Esse modelo participativo resultou em um Plano Estratégico desafiador para as equipes e alinhado às necessidades dos clientes e da sociedade, além de potencializar o comprometimento dos empregados.

Outra inovação foi o processo de atomização de metas, que consiste no desdobramento do plano estratégico para as unidades gestoras, e consequente impacto do desempenho da meta corporativa e dos resultados específicos de cada unidade organizacional na distribuição da verba do processo de promoção por mérito.

O aperfeiçoamento do processo de planejamento estratégico contribuiu para aumentar o engajamento das equipes e impulsionar a realização dos objetivos estratégicos.

Componentes Estratégicos 2018

Os componentes estratégicos reafirmam o compromisso da empresa com a missão de “Conectar Governo e Sociedade com Soluções Digitais” e com a visão de “Ser Líder em Soluções Digitais para Governo e Sociedade”.

Missão

Conectar governo e sociedade com soluções digitais

Visão

Ser líder em soluções digitais para governo e sociedade

Valores

- Segurança: soluções íntegras e confiáveis
- Excelência: conhecimento do negócio para entrega de soluções integradas de qualidade
- Responsividade: entregas com agilidade
- Proatividade: antecipação de soluções
- Responsabilidade: com as informações e soluções estratégicas para o Brasil
- Orgulho: uma empresa onde as pessoas praticam os princípios da ética e da integridade

Desempenho do Plano Estratégico – Ciclo 2018

Dos nove objetivos estratégicos definidos para 2018, seis superaram as metas, dois realizaram mais de 90% da meta e um não foi medido. A empresa superou a meta de sustentabilidade econômica, mantendo o comportamento positivo de aumento da receita e limitação de custo. O faturamento apresentou desempenho crescente durante o ano e, no final do exercício, superou a meta em 4,86%.

A diversificação da carteira de clientes contribuiu para o alcance desse faturamento, possibilitando o aumento da representatividade de clientes não dependentes do Orçamento Geral da União - OGU de 4,60% em 2017, para 12,49%. Verificou-se, ainda, aumento da efetividade do desenvolvimento de soluções multiclientes, que superou a meta em 13,16%.

Com relação à dimensão tecnologia, houve entregas de soluções utilizando Analytics, Inteligência Artificial, IoT e Blockchain, promovendo avanços no assunto inovação na empresa.

A seguir são apresentados os resultados dos objetivos estratégicos por perspectiva:

Quadro 1: Desempenho do Plano Estratégico por objetivo

Objetivo	Meta	Realização
Atender proativamente as necessidades dos clientes para elevar o nível de satisfação a pelo menos 76% em 2018	76%	72%
Diversificar a carteira de negócios para aumentar a		



	OE4	representatividade de clientes não dependentes do OGU a 10% com no mínimo R\$ 313 mi de faturamento em 2018	10%	12,49%
	OE5	Limitar o custo total ao montante de R\$ 2,4 bi em 2018	2,40 bi	2,10 bi
Processos Internos	OE6	Elevar em pelo menos 31% de efetividade o desenvolvimento de soluções multiclientes em 2018	31%	35,08%
	OE7	Elevar em pelo menos 15% o desempenho das entregas em soluções de software sob medida em 2018	15%	sem medição ¹
Pessoas e Aprendizado	OE8	Aprimorar o Modelo de Gestão de Pessoas por meio do cumprimento de, pelo menos, 60% das questões avaliadas pelo TCU e SEST	60%	59,44%
Tecnologia	OE9	Alavancar a inovação fortalecendo a cocriação para entregar pelo menos 7 soluções digitais em 2018	7 soluções	8 soluções

Fonte: Painel de Indicadores Corporativos

1 A medição não foi realizada, devido ao redesenho do processo de apuração dos dados

3. Desempenho econômico-financeiro

A atividade econômica brasileira, em 2018, apresentou inflação controlada e resultados positivos do setor externo, entretanto ainda persistiram as dificuldades no campo fiscal. O déficit primário, embora menor do que a meta fiscal de R\$ 159 bilhões, fixada para o ano de 2018, situou-se na faixa de R\$ 120,22 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional.

A conjuntura observada no campo fiscal afeta consideravelmente o Serpro, cuja fonte de recursos advém, sobretudo, do Orçamento Geral da União – OGU. Assim, a empresa tem adotado uma estratégia empresarial voltada à diversificação da carteira de clientes e à geração de novos negócios, com foco em expandir a receita com clientes não dependentes do OGU, a qual já corresponde a 12,49% da Receita Bruta Total de Serviços. Esse fato, somado à redução de custos e despesas, foi determinante para o resultado empresarial alcançado no exercício de 2018.

O Serpro finalizou o ano com um lucro líquido de R\$ 459,70 milhões, o que equivale a um aumento de 273,41% em relação ao resultado obtido no exercício 2017, conforme demonstrado no Quadro 2:

Quadro 2: Comparativo econômico-financeiro

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018
Resultado	R\$ milhões	R\$ milhões
Receita Líquida	2.382,90	2.715,67
Despesa Operacional	2.208,55 ²	2.109,16
Resultado Líquido	123,11	459,70
Valores Patrimoniais	R\$ milhões	R\$ milhões
Imobilizado e Intangível	560,70	554,14
Patrimônio Líquido	636,57	978,45
Principais Indicadores		
Liquidez Corrente (em índice)	1,00	1,51
Liquidez Imediata (em índice)	0,32	0,60
Margem Líquida (%)	5,17	16,93
Margem EBITDA (%)	13,29	26,85
Investimento sobre a Receita Líquida (%)	4,21	4,57
Retorno sobre os Investimentos (%)	4,84	18,49
Rentabilidade sobre o PL (%)	23,52	56,93
Principais Indicadores	R\$ milhares	R\$ milhares
Entradas Gerais (média mensal)	263.890	303.903
Riqueza gerada por Empregado	392,66	462,16

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Esse resultado foi construído dado o incremento de 13,96% na Receita Operacional Líquida, reflexo da conjunção de fatores como o aumento dos níveis de produção, novos clientes e a superação da meta de faturamento³ estabelecida para o exercício em 4,86%. Por outro lado, houve também um decréscimo de 4,50% das despesas operacionais resultante, basicamente, da combinação dos seguintes fatos:

- Redução de 4,20% das despesas com pessoal e benefícios, impactado principalmente pela Ação de Preparação para Aposentadoria – APA, que vem reduzindo o quantitativo de empregados nos últimos anos e pela redução de despesa provisionada para fazer frente ao benefício pós-emprego (despesa atuarial com o fundo de pensão Serpros), que registrou decréscimo de 39,60%. A conjunção desses fatores contribuiu diretamente para a redução do percentual das despesas com pessoal e benefícios em relação à receita líquida, que retrocedeu de 71,60%, em 2017, para 60,20% em 2018;

- Redução de 39% nas despesas judiciais, correspondente a R\$ 6,80 milhões, resultante de melhorias na gestão das ações judiciais e da efetivação de acordos trabalhistas por ocasião da liquidação de processos; e

- Recuo em 17,30% das despesas de locação de software e de hardware, de 22,90% em materiais e de 13,80% das despesas com depreciação e amortização.

² Há uma diferença entre os valores evidenciados como despesa operacional (R\$ 2.123 milhões), no Relatório de Administração de 2017, e os valores aqui demonstrados referentes a 2017 (R\$ 2.208,55 milhões). A diferença decorre do fato de que, em 2017, o valor da despesa atuarial foi considerado como não operacional. Entretanto, esse entendimento foi revisto em 2018.

³ O faturamento anual não considera as estimativas de serviços a faturar, decorrentes da implantação da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG N° 47, de 25 de novembro de 2016.

No que se refere ao patrimônio líquido (PL), a ampliação de R\$ 341,88 milhões deveu-se, em grande parte, ao resultado líquido apurado no exercício de 2018, que foi suficiente para absorver integralmente o saldo de prejuízos acumulados e ainda recompor o PL em 91%.

Em termos financeiros, o índice de liquidez corrente superou o equilíbrio no decorrer do ano, alcançando o patamar 1,51, o que significa que as disponibilidades de recursos, a curto prazo, tornaram-se mais do que suficientes para cobrir as obrigações do mesmo período. Essa melhoria de liquidez deveu-se ao acréscimo da média das disponibilidades mensais de caixa, com aumento de 15,16% nas entradas gerais, o que tornou possível reduzir o passivo circulante, especialmente as obrigações junto aos fornecedores, com total quitação, em 2018, dos pagamentos suspensos. Verificou-se a mesma progressão no que se refere à liquidez de curtíssimo prazo, tendo em vista que a liquidez imediata chegou a 0,60 em 2018, em contraposição aos 0,32 ao final do exercício 2017.

No que se refere a riqueza gerada por empregado, passou de R\$ 392,66 mil em 2017, para R\$ 462,16 mil em 2018.

Adicionalmente, a melhoria de desempenho da margem EBITDA que alcançou 26,85%, é reflexo da expansão da receita operacional líquida, e da redução das despesas operacionais, em especial as despesas com pessoal, judicial e serviços de comunicação, ou seja, houve aumento da eficiência empresarial.

Com relação à rentabilidade, obteve-se uma margem líquida de 16,93%, resultado associado ao acréscimo de 273,41% do lucro líquido e de 13,96% da receita líquida, proporcionando rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 56,93% e retorno sobre os investimentos de 18,49%.

4. Negócios e serviços

Há mais de meio século, o Serpro é o principal provedor de soluções tecnológicas para o Estado brasileiro, desenvolvendo sistemas estratégicos que suportam ações estruturantes e políticas públicas do governo e que são reconhecidos pela sociedade.

Mais do que servir aos órgãos públicos, a missão da empresa é “conectar governo e sociedade por meio de soluções digitais”, tornando-se reconhecida por ofertar inovações para o dia a dia do cidadão, bem como por desenvolver serviços de excelência conforme demonstrado por meio de alguns prêmios que o Serpro recebeu de clientes:

- Prêmio do Ministério da Fazenda por desenvolver o Sistema de Parcelamento Parametrizado - Sispar. Esse sistema possibilita a consolidação imediata de todos os parcelamentos de dívidas administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, apresentando ao contribuinte o montante de sua dívida consolidada e o valor preciso das parcelas;

- Prêmio do Ministério da Fazenda por desenvolver o Portal Internacional de Alertas Aduaneiros, solução que ajuda aduanas do Brasil e exterior a combater tráfico e contrabando; e

- Prêmio da Escola de Administração Fazendária - Esaf pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - Sinesp Infoseg, ferramenta web e mobile que permite a pesquisa de dados para a tomada de decisão na área de segurança.

4.1. Linhas de Negócios

O Serpro segmenta seus produtos em três linhas de negócio: Serviços sob Medida, Serviços de Informação e Serviços em Nuvem. Considerando essas três linhas, o Serpro finalizou o ano de 2018 com um faturamento de R\$ 3,28 bilhões, um crescimento de 11,99% de faturamento em relação ao exercício de 2017 e uma superação da meta empresarial em 4,86%.

A linha Serviços de Informação faturou R\$ 154,20 milhões, representando uma superação de 1,48% em relação à meta. Já nos Serviços em Nuvem, alcançou R\$ 144,74 milhões, 4,07% a mais que o previsto. A linha Serviços sob Medida faturou R\$ 2,98 bilhões, superando em 5,08% o estabelecido para o exercício.

Destaca-se também o aumento do faturamento de clientes não dependentes do Orçamento Geral da União – OGU, que saltou de 4,60% em 2017, para 12,49% do faturamento total em 2018.

A seguir são apresentadas as principais implementações realizadas em 2018, separadas por linhas de negócio.

4.1.1 Serviços sob Medida

Esta linha de negócio congrega a maioria dos serviços tradicionais e mais conhecidos da empresa, como Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e o Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, atendendo grandes clientes como Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Denatran e Polícia Federal, por exemplo.

Caracteriza-se por oferecer atendimento altamente personalizado e soluções sob medida, em geral dependentes de projetos de desenvolvimento e ou de infraestrutura, produção continuada e exclusividade para determinados clientes.

Os Serviços sob Medida abrangem as soluções estruturadoras para os principais processos e políticas públicas de responsabilidade dos clientes do Serpro.

A seguir são apresentados os principais serviços implementados em 2018, por cliente.

Ministério das Cidades

Ministério que até 2018 era responsável pela promoção de ações nas áreas de urbanização e de saneamento básico e ambiental. Encarregado de políticas de subsídio à habitação popular, ao saneamento básico e ao transporte urbano.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Aplicativo móvel Fiscalização Denatran	Implantação do App de Fiscalização Denatran. É um aplicativo móvel disponibilizado gratuitamente pelo Denatran para agentes de Órgãos e Entidades Públicas integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.
Aviso de Recall	Implantação do serviço Aviso de Recall, que tem como principal objetivo aumentar a efetividade das convocações de recall realizadas pelas montadoras de veículo e, consequentemente, reduzir acidentes de trânsito oriundos de reparos não realizados pelos proprietários. Com a solução, o cidadão passa a receber o aviso de recall de seus veículos por diversos canais de comunicação, tais como Sistema de Notificação Eletrônica - SNE, Carteira Digital de Trânsito - CDT, e-mail e carta.



Carteira Digital de Trânsito - CDT É a evolução da Carteira Nacional de Habilitação – CNH Digital. Em 2018 foi implantada a nova versão do compartilhamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV Digital. Essa nova versão contempla toda relação de funcionalidades inerentes ao compartilhamento do documento.

Implantação do novo fluxo de emissão da CNH Digital realizada completamente pelo dispositivo móvel, sem necessidade do comparecimento do condutor habilitado ao Departamento de Trânsito local (Detran) ou uso de um certificado digital. O motorista pode emitir o documento digital realizando uma validação biométrica facial por meio de movimentos realizados em frente à câmera do dispositivo.

Placa Mercosul Implantação do serviço Placa Mercosul, que objetiva viabilizar o pleno controle do Denatran do processo produtivo de emplacamento veicular no Brasil. Essa solução tecnológica será responsável pela rastreabilidade digital das diversas etapas que envolvem a emissão da nova placa, como a fabricação, a distribuição, o recebimento, a autorização de estampagem, a inutilização e a vinculação das placas aos veículos.

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

Ministério que até 2018 era responsável por formular, executar e avaliar políticas públicas para a promoção da competitividade, do comércio exterior, do investimento, da inovação nas empresas e do bem-estar do consumidor.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Portal Único do Comércio Exterior – Pucomex	Implantação da release Arno do Pucomex, uma das entregas do projeto Nova Importação, que segue o modelo já utilizado no módulo Exportação.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ministério responsável pela defesa da ordem jurídica dos direitos políticos das garantias constitucionais, pela segurança pública, pela defesa da ordem econômica nacional e direitos do consumidor, bem como pela prevenção e repressão à lavagem de dinheiro.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - Sinesp	Implantação de release do Sinesp Infoseg. Essa entrega trouxe como marco a integração com o serviço de boletim de ocorrência a partir do Sinesp Integração, consumo de novas informações disponibilizadas pelo SIAPEN/DEPEN, melhorias na consulta em lote, pessoa jurídica e consulta inteligente.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministério que até 2018 era responsável por planejar e coordenar as políticas de gestão da administração pública federal, para fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Sistema de Informações Organizacionais - SIORG	Implantação de release do sistema SIORG com evoluções que contribuem para o aperfeiçoamento da gestão dos cargos e funções em comissão do poder executivo federal.
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF	Entrega do SICAF 100% Digital. Sistema que viabiliza o cadastramento de fornecedores de materiais e serviços para os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG. Uma vez inscrito no SICAF, o fornecedor estará apto a participar de licitações realizadas pelo Comprasnet.

Ministério do Trabalho

Ministério que até 2018 era responsável pelas políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, das políticas e diretrizes para a modernização das relações do trabalho, da fiscalização do trabalho, da política salarial, da formação e desenvolvimento profissional, da segurança e saúde no trabalho, da política de imigração laboral, e cooperativismo e associativismo urbanos.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFITWEB	Implantação do módulo completo inerente aos Relatórios de Atividades do Trabalho (RA) do SFITWEB, que permite a gestão plena dos registros das atividades não fiscalizatórias da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT/MTb. Com a implantação do módulo RA foi finalizada a migração dos serviços existentes no sistema SFIT (plataforma alta) para o SFITWEB (plataforma baixa).

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Ministério que até 2018 era responsável pela política nacional de transportes dos modais ferroviário, rodoviário e aquaviário, e ainda, por ações no âmbito da marinha mercante, das vias navegáveis e dos portos fluviais e lacustres (excetuados os que estão sob a responsabilidade das Companhias Docas).

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Porto Sem Papel - PSP	Atualização tecnológica do Porto Sem Papel. A solução revolucionou a

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
	gestão portuária e agora está disponível para todos os segmentos de mercado, para agilizar a análise e a liberação de mercadorias. A atualização tecnológica viabiliza a estratégia da Secretaria Nacional de Portos para a expansão de uso da solução para os Terminais Uso Privados TUP. A adoção da solução traz agilidade ao processo de atracação, operação e desatracação de embarcações, com impacto direto na redução do custo Brasil e na competitividade do país no cenário internacional.

Polícia Rodoviária Federal

Órgão da Administração Federal subordinado ao Ministério da Justiça. Sua principal atribuição é realizar a fiscalização e o policiamento ostensivo das rodovias federais.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Sistema de Notificação Eletrônica - SNE	Implantação do aplicativo que facilita o fluxo de acesso à notificação e ao acompanhamento de multas pelo cidadão, gerando descontos de 40% em cada multa. O órgão aderiu ao aplicativo em 2017 e em 2018 fez adesão definitiva ao produto.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Órgão da Administração Federal que tem como missão prover justiça fiscal e assegurar recursos à sociedade com integridade e respeito ao cidadão.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Sistema Integrado da Dívida Ativa da União - SIDA	Implantação Novo SIDA - Modernização da Gestão da Dívida Ativa da União. A nova interface permitirá aos usuários da PGFN acesso às consultas e às atualizações das informações disponíveis nas Bases de Inscrições em Dívida Ativa da União.

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Órgão da Administração Federal, subordinado ao Ministério da Fazenda até final de 2018, responsável pela formulação de política tributária e pelo combate à sonegação fiscal, ao contrabando e à fraude comercial, bem como aos atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
e-CAC com certificado digital NeoID	Implantação no âmbito do projeto Receita na Palma da Mão, a funcionalidade de login no e-CAC utilizando o certificado digital NeoID. Agora o contribuinte pode utilizar o certificado em nuvem para acessar as funcionalidades do e-CAC a partir de dispositivos móveis e do acesso via desktop.
e-DBV - Declaração de Bens e Valores	Implantação da nova versão do sistema que é um importante instrumento para a RFB combater o contrabando e o descaminho em aeroportos e demais pontos de fiscalização.
e-Processo	Implantação de novas funcionalidades, evolução do cadastro, consulta e controles de dossiês digitais para uma visão mais aderente ao controle de expedientes e uma evolução para viabilizar o cadastro de dossiê digital de atendimento pelo contribuinte disponível no e-CAC.
e-Processo (App)	É uma solução para dispositivos móveis que amplia a transparência e facilita o acesso a informações básicas e movimentações em tempo real, de processos que se encontram na Receita Federal do Brasil - RFB, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e PGFN.
Leilão Eletrônico da Receita Federal do Brasil (RFB)	Implantação da plataforma que permite que sejam realizados leilões por órgãos externos à RFB que, por sua vez, pode ter como retorno um percentual dos valores arrecadados variando de 0% a 100% a depender do acordo firmado com o órgão.

Loja Franca de Fronteira Implantação do sistema, que está disponível para o uso de estabelecimentos instalados em cidades gêmeas de cidade estrangeira na linha de fronteira do Brasil.

Novo sistema Gerenciador de Quitação Antecipada - GQA Implantação do novo sistema GQA, realizada para atendimento ao artigo 33º da Lei nº 13.043/2014, que define a quitação dos saldos de parcelamentos de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, mediante o pagamento de, no mínimo, trinta por cento em espécie e o restante com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal - PF e Base de Cálculo Negativa - BCN da Contribuição Sobre Lucro Líquido - CSLL, apurados até dezembro de 2013 e declarados até junho de 2014.

Nova sistemática de emissão de comunicações do Sistema de Controle de crédito e compensação SCC- ICOM Implantação da nova sistemática de emissão de comunicações do SCC-ICOM, que permitirá aos contribuintes optantes pelo Domicílio Tributário Eletrônico - DTE a ciência por intermédio de mensagem enviada para a Caixa Postal Eletrônica, informando a emissão da comunicação e orientando a consultar o documento no e-CAC.

Pagamento Centralizado do Comércio Exterior – PCCE. Implantação do produto PCCE - Exoneração Integral Manual de ICMS, com base na Declaração de Importação - DI, juntamente com a Release Arno do PUCOMEX. O projeto tem como principal objetivo permitir o conhecimento das obrigações pecuniárias e o pagamento centralizado de



	impostos, taxas e tarifas públicas, correlacionadas aos processos de importação e de exportação, de forma simples, automática e organizadas no site do Portal Único do Comércio Exterior - PUCOMEX.		aplicativos para utilização de dados de débitos tributários e não tributários relacionados às inscrições em Dívida Ativa, geridas no Sistema Dívida Ativa da União - SIDA, sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.
Portal Único de Comércio Exterior - PUCOMEX	Implantação da release Paraíba. O PUCOMEX é uma iniciativa de reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro, de forma a torná-los mais eficientes, harmonizados e integrados entre todos os intervenientes públicos e privados do Comércio Exterior.	API Consulta DU-E	A DU-E é um documento eletrônico que contém informações de natureza administrativa, comercial, financeira, fiscal e logística que caracterizam a operação de exportação de bens por essa solução amparados e definem o enquadramento dessa operação. A API permite a integração segura de aplicativos para utilização de consulta de dados detalhados da DU-E, geridos no Portal Único do Comércio Exterior, sob responsabilidade da Receita Federal do Brasil - RFB e Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC, de forma rápida, segura e automatizada.
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	Implantação da Consolidação e Controle de Regularidade para o PERT das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional - SN e Microempreendedor Individual - MEI.	API Integra SIAFI	Permite a integração dos sistemas com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de forma automática, reduzindo a burocracia, automatizando processos entre os sistemas e facilitando o controle dos empenhos e recebimentos por meio de recursos orçamentários.
Sistemas Integrados do Macroprocesso do Crédito Público -SIC	Implantação da nova versão do SIC contemplando a inclusão de novas funcionalidades, para atender a disponibilização aos contribuintes e aos usuários da RFB da solução de consolidação do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, por meio do Sistema de Parcelamento Parametrizado - SiefPar.	Vio	Provisionamento de serviço que possibilita a inserção criptografada de textos e imagens em um código bidimensional que, inserido no documento, permite que a autenticidade, confiabilidade e integridade dos dados sejam verificadas por meio do aplicativo mobile Vio ou pela API de decodificação. É uma evolução da solução Lince e ampliou o uso para atender as soluções CNH Digital, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV Digital e Placa Mercosul.
Sistema de Previsão da Arrecadação Federal - SIPRAR Web	Implantação da versão java do SIPRAR Web, que permite aos usuários da RFB efetuarem, em um único ambiente, as operações necessárias para a realização de um ciclo completo da atividade de previsão da arrecadação.		
Sistema de Parcelamento Excepcional - PAEX	Implantação da funcionalidade de reativação de parcelamentos encerrados para atendimento de processos administrativos e judiciais referentes à Lei nº 11.941/2009 para modalidades previdenciárias da RFB e PGFN, de forma integrada com a Dataprev.		
Secretaria do Tesouro Nacional			
Órgão da Administração Federal responsável por gerenciar as contas públicas, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público. Órgão integrante da estrutura, até final de 2018, do Ministério da Fazenda.			
SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO		
Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais - SPUNET	Integração do Siafi Web com o novo Sistema de Patrimônio da União - SPUNET. Este serviço abrange as tabelas de parametrizações contábeis e também o recebimento das requisições do SPUNET por meio de <i>Webservice</i> . O SPUNET é o principal projeto em desenvolvimento dentro do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União, que unificará em um banco de dados geoespacial as quatro bases cadastrais dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pela União, autarquias e fundações públicas federais.		
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas			
Entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte.			
SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO		
Pedido Simplificado de Restituição e Compensação de Tributos - Controle de Crédito de Retenção e de Salário Família ou Maternidade - RETSAM	Implantação da primeira etapa do produto, que controla a existência e a utilização de crédito referente à retenção da Lei nº 9.711/1998 e à disponibilização de consultas aos registros de informações relativas às retenções informadas no sistema EFD-REINF.		
Pedido Simplificado de Restituição e Compensação dos Tributos - PGIM eSOCIAL	Implantação da nova aplicação que será responsável por todo o fluxo da análise automatizada dos pedidos requeridos no PERDCOMP Web, desde a emissão do despacho decisório até o pagamento automático do direito requerido.		
Registro e Legalização de Empresas - RLE	Implantação de nova versão do RLE, parte integrante do produto "REDESIM" do ACT-Sebrae, para permitir que os empreendedores do município de São Paulo realizem inscrições de filiais, regularizem a situação de empresas abertas antes da implantação do RLE integrado à Prefeitura de São Paulo.		
Sistema de Ajuste de Documentos de Arrecadação - SISTAD	Implantação do novo SISTAD, que permite que o contribuinte ajuste os Documentos de Arrecadação - DARF do eSocial		
4.1.2 Serviços de Informações			
Desde 2016, o Serpro atua em todos os segmentos de mercado, oferecendo produtos e serviços de baixa customização. O ano de 2018 registrou a constante evolução dos serviços nesta linha de negócios, conforme descrito a seguir:			
SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO		
Application Programming Interface - API Serpro	Solução de Interface de Programação de Aplicações do Serpro, que integra de forma simples o sistema do cliente a dados atualizados do governo, permitindo o acesso a informações oficiais com rapidez, segurança e confiabilidade.		
API Consulta Dívida Ativa	Permite a integração de forma rápida, segura e automatizada de		

4.1.3 Serviços em Nuvem

Trata-se de uma linha direcionada para o setor público, reunindo produtos e serviços padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa. Compõem esta linha as seguintes modalidades:

- Infraestrutura como serviço, na qual recursos computacionais, complementados por capacidades de armazenamento e de rede, são hospedados pelo Serpro e oferecidos aos clientes sob demanda; e
- Software como serviço, na qual o Serpro disponibiliza softwares específicos e se responsabiliza por toda a estrutura necessária (servidores, conectividades, segurança) e cuja comercialização pode se dar no modelo de faturamento pelo uso ou no modelo de assinatura.

A seguir são apresentadas as implementações de serviços em Nuvem em 2018:

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
NeoID	O NeoID é um certificado do tipo A3, que inova no hardware criptográfico, pois as chaves estão hospedadas na nuvem do Serpro, dispensando o uso de um token. O NeoID é mais barato e possibilita o uso de um mesmo certificado digital em mais de um dispositivo, controle em tempo real e histórico das transações realizadas com o certificado digital e realização de assinatura digital de documentos em dispositivos móveis.
Radar - solução integrada e informatizada para gerenciamento de infrações de trânsito	Evoluções nos requisitos funcionais e não funcionais, como a criação de novos tipos de relatórios, parâmetros de consultas, integração com outros sistemas, dentre outros agregando valor ao usuário do sistema.

5. Investimento em infraestrutura

A empresa investiu, em 2018, aproximadamente R\$ 124 milhões em novas tecnologias, infraestrutura do ambiente operacional de TI e de logística, em atendimento às demandas de inovação e de manutenção, de forma que o Serpro se fortalecesse como direcionador e provedor de soluções digitais para todo o Governo.

5.1. Principais investimentos em infraestrutura do ambiente operacional de tecnologia

Os investimentos no ambiente operacional de tecnologia da informação, totalizaram cerca de R\$ 117 milhões, distribuídos em diferentes segmentos, conforme descritivo a seguir:

- Plataforma Alta
- Contratação de novos produtos, aumento da base instalada e serviços técnicos especializados de produtos para atender a capacidade produtiva da plataforma IBM para os Centros de Dados de Brasília (CD-BSA) e de São Paulo (CD-SPO).

OBJETO	VALOR (milhões)
Aquisição de virtualizadores de fitas e unidades de fitas magnéticas (<i>tape drives</i>).	
Aquisição de licenças de softwares e serviços de atualização e suporte técnico para softwares licenciados pela Software AG Brasil.	R\$ 47,06
Contratação de cessão de direito de uso; subscrição; suporte; serviços de suporte remoto; serviços de <i>Accelerated Value Program - AVP</i> ; e suporte técnico avançado - Premium, aos produtos IBM.	
•Infraestrutura de Rede	
Modernização da infraestrutura destinada à Infovia (rede ótica metropolitana de alta performance e	



disponibilidade), para aumento da capacidade de tráfego com a adição de novos switches.

OBJETO	VALOR (milhões)
Aquisição de switches para Infovia	R\$ 3,60

•Segurança

Os investimentos em segurança da informação privilegiaram a adoção de medidas de proteção mais eficientes para o grande volume de dados de sistemas estruturadores do governo federal e informações pessoais de milhões de cidadãos brasileiros. As soluções implementadas permitem maior proteção dos dados sob guarda da empresa, redução do risco de prejuízos de imagem dos clientes e do Serpro, e maior confiabilidade às ações de perícia técnica em apoio a auditorias e sindicâncias.

OBJETO	VALOR (milhões)
Aquisição de solução de filtro de conteúdo Web	R\$ 8,40

Solução de monitoração e gerenciamento

•Plataforma Baixa

Investimento em equipamentos para proteção de dados e adesão à ata de registro de preço para aquisição de diversos modelos de servidores para atender aos projetos e serviços.

OBJETO	VALOR (milhões)
Aquisição de hardware desenvolvido especificamente (<i>appliance</i>) para atender o software IBM <i>Spectrum Virtualize</i>	R\$ 19,00

Aquisição de servidores

•Armazenamento

Aquisição de armazenamento nos segmentos Directors, High End e Midrange, visando a modernização da infraestrutura e atender o crescimento dos serviços.

OBJETO	VALOR (milhões)
Aquisição de Directors	
Aquisição de Storages Midrange	R\$ 16,40

Aquisição de Storages High End

•Soluções Corporativas Internas

Investimento em novas tecnologias para agilizar o atendimento das demandas de soluções corporativas internas e atender demandas de modernização do parque interno, como a renovação da solução de videoconferência e aquisição de novas estações de trabalho.

OBJETO	VALOR (milhões)
Solução de Low-Code	
Solução de videoconferência	R\$14,15

Estações de trabalho

OBJETO	VALOR (milhões)
Demais aquisições de valor menor que R\$ 1,5 milhão	R\$ 9,03

5.2. Principais investimentos em infraestrutura logística e de instalações.

Os investimentos no segmento de manutenção de instalações prediais e para suporte a TI foram de R\$ 6,47 milhões, conforme descrito a seguir:

•Manutenção de instalações prediais

Execução de obras e aquisição de bens visando a manutenção e modernização das instalações prediais a fim de proporcionar confiabilidade e alta disponibilidade à operação desses ambientes.

OBJETO	VALOR (milhões)
Reforma do telhado da Regional de Brasília	
Modernização do sistema elétrico da Sede	R\$ 5,93

Demais contratações relacionadas a manutenção das instalações nas regionais

•Infraestrutura de instalações para suporte a TI

Para a execução do projeto de Infovia foram contratados aproximadamente R\$ 0,54 milhões.

OBJETO	VALOR (milhões)
Construção de rede óptica metropolitana - Infovia	R\$ 0,54

5.3. Principais ações relacionadas a serviços de logística

O ano de 2018 teve foco na redução de custos sem comprometer a qualidade dos serviços. Em 2017 os

custos com os contratos administrativos dos serviços de logística totalizaram aproximadamente R\$ 111 milhões, já em 2018 esse total caiu para R\$ 108,50. De forma geral, foram adotadas ações de renegociação de preços dos contratos de prestação de serviços terceirizados, buscando inovações, modernizações e reduções de mão de obra dedicada, o que proporcionou a redução de R\$ 2,50 milhões, sem prejuízos à qualidade.

•Serviços de Logística

OBJETO	VALOR (milhões)
Contratos administrativos dos serviços de logística	R\$ 108,50

6. Inovação em tecnologia da informação

O Serpro investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio de estudos técnicos e parcerias estratégicas com instituições acadêmicas, empresas do setor privado e outras instituições de governo, na busca de novas tecnologias para incorporar às soluções para os clientes e para a sociedade.

Em 2018, foi lançado o SerproLabs – o Loft de Inovação - um espaço físico dedicado à estimulação de ideias, inovação e cocriação, de acesso livre a todos os empregados. O Loft tem por objetivo proporcionar sinergia entre o Serpro e os seus clientes, parceiros e fornecedores. Esse ambiente promove uma atmosfera de inovação, por meio do incentivo ao trabalho colaborativo e ao experimento de novas tecnologias para transformar ideias em resultados.

No SerproLabs foi desenvolvido e coordenado o concurso interno "Desafio de Inovação Serpro", com objetivo de captar propostas de ideias inovadoras e inéditas voltadas ao negócio da empresa e que resultou na entrega de diversos protótipos funcionais.

Em relação aos temas inteligência artificial e experiência do usuário, foram criadas duas aplicações que utilizam o conceito de robôs (Chatbot):

•Aciona GL: aplicação de uso interno, que utiliza recursos de inteligência artificial para facilitar e agilizar o registro e a consulta de acionamentos para serviços da área de logística do Serpro, e

•Aciona Govi: aplicação integrada com a ferramenta de gestão de serviços utilizada pelo Serpro, que permite a abertura e consulta de acionamentos para qualquer produto do Catálogo de Serviços do Serpro e personalizações para atender às necessidades dos clientes, incluindo a execução de serviços específicos ou esclarecimento de dúvidas. A interface do Aciona Govi conta com recursos de acessibilidade, podendo ser acessado por pessoas com deficiência visual, sendo responsiva e podendo ser acessada por qualquer dispositivo incluindo os móveis.

Foi consolidada, também em 2018, a produção do serviço de informação GovData – plataforma de análise de dados do Governo Federal, que teve origem em prospecções sobre tecnologias de descoberta de dados e exploração visual (Data Discovery – DD) e de armazenamento e processamento de dados massivos (Hadoop e NoSQL).

No segmento de Nuvem foi implementado um novo produto para Infraestrutura como Serviço - ICS. Esse produto agrega diversas características como DevOps Ready e funcionalidades como a integração do ICS com a Infovia proporcionando aos clientes o máximo de proveito desses dois produtos do Serpro. O novo ICS vai permitir ainda o balanceamento de carga como serviço, Firewall como serviço, Live Resize e microssegmentação.

Com relação às pesquisas técnicas e tecnológicas, assim como as prospecções de novas tecnologias, foram desenvolvidos dois projetos:

•Plataforma Serpro de Internet das Coisas, que habilita o Serpro a ser o provedor de infraestrutura de IoT para o Governo; e

•Projeto Sterna, que visa oferecer um serviço de disponibilização de informações geoespaciais de interesse do governo e da sociedade.

Na área de cooperação técnica cabe destacar o acordo firmado com a empresa BioTIC S.A, como o objetivo de fomentar o empreendedorismo, a tecnologia e a inovação.

7. Gestão de pessoas

O Serpro tem aperfeiçoado as atribuições de identificar, reter e engajar talentos, como forma de incrementar a vantagem competitiva da empresa. Considerando que o capital intelectual é o principal ativo empresarial, destacam-se a seguir as principais ações realizadas em 2018:

•Programa GP Presente: visa promover maior interatividade entre a área de Gestão de Pessoas e os empregados, proporcionando um momento presencial de troca de ideias, tratamento de dúvidas, recepção de sugestões e proposição de melhorias. O programa também contempla a modernização do leiaute dos espaços presenciais de atendimento, os encontros temáticos, e normas comentadas, o atendimento via Chat, o "Fale com a GP" e as Perguntas e Respostas – FAQ.

•Modernização da Gestão de Frequência: outra importante ação de 2018 foi a modernização da gestão da frequência, em que a principal ação foi a revisão da norma e implementação do novo sistema de gestão de frequência (SiscopWeb), oferecendo mais flexibilidade para atender às demandas dos empregados e à modernização da legislação trabalhista. Podem ser destacadas melhorias como a antecipação de uma hora no início do horário administrativo e flexibilização do intervalo de almoço, a implantação do banco de horas e do turno especial de trabalho (12x36).

•Reabertura do Teletrabalho: a partir da atualização da legislação trabalhista, os dispositivos internos do teletrabalho foram adaptados e a forma de ingresso tornou-se mais flexível. Até então, somente era possível aderir ao teletrabalho por processo seletivo regido por edital, obedecendo a um cronograma específico. A partir de 2018, as admissões às vagas da modalidade passaram a ser possíveis a qualquer tempo, mediante anuência da chefia imediata. Em 2018, a modalidade de teletrabalho teve 235 adesões.

•Definição de requisitos para ocupação de funções de confiança: a norma que regulamenta o acesso a funções de confiança foi alterada para definir requisitos mínimos para todas as ocupações de confiança de natureza gerencial, visando estabelecer critérios técnicos adequados e garantir transparência ao processo de nomeações para essas funções.

•Alinhamento do Processo de Avaliação ao Planejamento Estratégico: a partir de 2018, o cumprimento da meta corporativa do Planejamento Estratégico passou a impactar o cálculo do coeficiente de Promoção por Mérito, alinhando esses dois processos.

•Melhoria da conclusividade dos Exames Médicos Periódicos: índice de 98% de conclusividade dos exames médicos convocados para 2018, um salto de mais de 30% em relação a 2017, visto que a realização dos exames médicos periódicos é monitorada pelo Ministério do Trabalho.

•Programa de Preparação para Aposentadoria – Módulo Incentivo: desde 2016 totaliza 1.349 desligamentos, desses 284 em 2018, contribuindo para a redução do custo da empresa.



•Equidade e Diversidade: no âmbito da atenção à equidade e diversidade na empresa, foi realizada a Campanha de Combate ao Assédio Sexual e a publicação de informes sobre o tema. O Comitê gestor do Programa Serpro de Equidade de Gênero e Raça e Respeito a Diversidade elaborou a cartilha e realizou palestra com uma procuradora do Ministério Público do Trabalho e uma psicóloga da Universidade de Brasília, especialistas no tema.

Perfil dos empregados do Serpro

Os dados apurados do mês de dezembro de 2018 apontam que o Serpro possui 9.252 empregados, praticando 92,97% do total autorizado (9.952) pela SEST, conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 3: Perfil dos empregados do Serpro

Período	2017	2018
Empregados	9.625	9.252
Feminino	3.908	3.711
Masculino	5.717	5.541
Escolaridade		
Ensino fundamental	314	294
Ensino médio	3329	3.143
Ensino superior	4977	4.838
Pós-graduação	1005	977
Total	9.625	9.252

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoas – SGP (competência: 12/2018)

Comparando o quantitativo de empregados de 2017 com 2018, houve uma redução de 373 empregados, sendo 76,13% (284) em função da Ação de Preparação para Aposentadoria – APA.

8. Responsabilidade social e Sustentabilidade

O Serpro reforçou em 2018 o compromisso com uma atitude transparente, sustentável, responsável e ética em suas relações com todos os públicos que interage, como forma de contribuição com políticas públicas que promovem o desenvolvimento da sociedade. São descritas a seguir as principais práticas de responsabilidade social e sustentabilidade realizadas no ano:

•Projeto Menina de TI: visa a inclusão de mais mulheres na carreira de tecnologia e é voltado para estudantes de ensino médio. O projeto já é referência como iniciativa de cooperação da empresa com a sociedade civil e a comunidade internacional.

Em outubro de 2018, a União Internacional de Telecomunicações – UIT concedeu ao Projeto Menina de TI do Serpro o selo da campanha mundial Girls in ICT Day, que tem como objetivo incentivar a conscientização das jovens mulheres sobre as oportunidades de carreiras no mercado de tecnologia da informação.

As principais realizações do Projeto em 2018 foram:

•Dois eventos em parceria com o Governo do Distrito Federal, a União Internacional de Telecomunicações – UIT e a ONU Mulheres - o Tic Tac Weekend Camp;

•Curso Codificando o Presente para Desenvolver o Futuro, que ofereceu Introdução à Programação com Scratch e Desenvolvimento de Aplicativos com App Inventor para um total de 32 professores da rede pública de ensino do Distrito Federal;

•Visitas guiadas nos ambientes de produção da empresa em algumas regionais e palestras sobre o tema, pelas equipes do Serpro; e

•Realização de oficinas de edição de áudio e vídeo, design, programação e robótica no Circuito de Ciências das Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Esse evento aconteceu durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2018, promovido pelo Ministério que até o final de 2018 era responsável pela Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

•Campanha Lenço Solidário – Outubro Rosa: a campanha arrecadou cerca de 1.300 lenços para doação a pacientes oncológicas.

•Inclusão Digital - Escola Sociodigital: em 2018 a Escola Sociodigital do Serpro passou a ser intitulada “Conecta” e teve o escopo de atendimento ampliado para toda a sociedade, clientes e parceiros do Serpro. A premissa da iniciativa é a ampliação de oferta de conteúdos para a sociedade, inclusive em temas de grande alcance social como as políticas de governo, transparência e integridade e temas de interesse coletivo, a partir da captação de cursos de oferta gratuita, por meio de parcerias.

Há cinco anos, a quantidade de alunos cadastrados na Escola vem crescendo em mais de 10% ao ano. Em 2018 havia 23.209 alunos cadastrados, 13,70% a mais que em 2017.

•Recolhimento de resíduos eletroeletrônicos: são disponibilizados postos permanentes de coleta de lixo eletrônico na Sede e nas Regionais Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Salvador. Em 2018 foram recolhidos e descartados mais de 3.600 quilos de lixo eletrônico.

•Projetos de Eficiência Energética: o Serpro participou, em 2018, de chamadas públicas de Projetos de Eficiência Energética. Foram aprovados projetos para serem implementados na Sede e em quatro Regionais: Brasília, São Paulo-Socorro, Rio de Janeiro-Andaraí e Fortaleza. Os custos totalizam R\$ 5,80 milhões, dos quais as concessionárias participarão com R\$ 5,60 milhões, cabendo ao Serpro apenas a contrapartida de aproximadamente R\$ 200 mil. Os projetos permitirão a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de led, modernização da central de água gelada, com substituição dos chillers, bombas e torres de resfriamento, instalação de sistema fotovoltaico e substituição de splits, estimando-se uma economia anual da ordem de R\$ 1,60 milhão no custo de energia.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o comprometimento dos empregados, administradores, conselheiros e órgãos de supervisão no alcance dos resultados apresentados neste relatório, bem como a confiança de nossos clientes quanto aos serviços prestados pelo Serpro ao governo e à sociedade.

Administradores do Serpro – 2018

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Nerylson Lima da Silva
(Ministério da Fazenda)

Substituta do Presidente e Conselheira

Nina Maria Arcela
(Ministério da Fazenda)

André dos Santos Gianini
(Representante dos empregados)

Evandro Barreira Milet
(Conselheiro independente)

Iêda Aparecida de Moura Cagni
(Ministério da Fazenda)

Ivanyra Maura de Medeiros Correia
(Conselheira independente)

Luis Felipe Salin Monteiro
(Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão)

Diretoria Executiva

Diretora-Presidente

Maria da Glória Guimarães dos Santos

Diretor de Administração

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Diretor de Desenvolvimento

Antonio Luiz Fuschino

Diretora de Governança e Gestão

Izabel Cristina da Costa Freitas

Diretor de Operações

Iran Martins Porto Júnior

Diretor de Relacionamento com Clientes

André de Cesero

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Balanco Patrimonial

Ativo	NE	Em milhares R\$	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
Circulante		1.227.062,2	726.985,0
. Caixa e equivalentes de caixa	6	487.881,3	232.780,5
. Ativos financeiros	7	462,3	265,7
. Créditos a receber		655.979,4	391.467,0
Clientes	8	565.247,6	336.880,0
Ressarcimento de pessoal	9	88.349,4	53.250,6
Créditos diversos a receber		2.382,4	1.336,4
. Créditos tributários	10	79.140,0	95.909,6
. Bens e valores em circulação		375,5	556,3
. Demais valores a curto prazo		515,1	5.759,9
. Ativo não circulante mantido para venda	11	2.708,5	246,0
Não Circulante		1.743.925,4	2.861.532,5
. Realizável a longo prazo		1.189.787,2	2.300.836,7
Depósitos judiciais e recursais	12	289.826,7	280.146,8
Ressarcimento de pessoal	13	408.412,9	1.545.064,3
Créditos tributários diferidos	14	431.188,9	415.273,6
Créditos realizáveis a longo prazo	16	60.358,8	60.351,9
. Imobilizado	17	475.359,9	494.540,0
. Intangível	18	78.778,3	66.155,8
Total do Ativo		2.970.987,6	3.588.517,5
Passivo		Dezembro 2018	Dezembro 2017
Circulante		814.468,5	724.689,6
. Consignações		56.444,7	65.997,4
. Tributos e encargos sociais		174.725,0	118.485,0
. Depósitos diversas origens		3.771,7	990,8
. Obrigações a pagar		579.527,1	539.216,4
Fornecedores		126.541,6	186.309,1
Pessoal a pagar		3.119,5	3.210,9
Encargos trabalhistas		286.151,2	310.878,9
Processo trabalhista a pagar		74.483,5	2.000,0
Plano de previdência complementar		37.178,3	36.631,6



Dividendos e juros sobre o capital próprio	52.018,7	-	
Outras obrigações	34,3	185,9	
Não Circulante	1.178.067,5	2.227.256,1	
Fornecedores	-	118,0	
Obrigações tributárias	45.851,4	72.322,4	
Processo trabalhista a pagar	180.240,2	-	
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	242.956,2	1.643.979,3	
Benefícios pós-emprego	708.270,1	509.127,8	
Receita diferida	-	1.212,5	
Outras obrigações	749,5	496,1	
Passivo	Dezembro 2018	Dezembro 2017	
Patrimônio líquido	978.451,6	636.571,8	
. Capital	1.061.004,8	1.061.004,8	
. Reservas	305.221,6	138.214,2	
Reservas de Reavaliação	138.214,2	138.214,2	
Reservas de Lucros	167.007,3	-	
Reserva Legal	10.951,3	-	
Reserva de Retenção do Lucro	156.056,0	-	
. Outros Resultados Abrangentes	(387.774,8)	(376.030,8)	
. Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(186.616,4)	
Total do Passivo	2.970.987,6	3.588.517,5	
As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas			
Demonstração do Resultado do Exercício			
	Em milhares de R\$		
	NE	Dezembro 2018	Dezembro 2017
Receita operacional líquida	33.1 / 33.2	2.715.673,2	2.382.900,6
Custo dos serviços prestados	33.4 / 33.5	(1.045.434,5)	(1.113.704,2)
Lucro bruto		1.670.238,6	1.269.196,5
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	33.4 / 33.5	(1.063.725,9)	(1.094.843,1)
Despesas com pessoal e benefícios		(861.728,6)	(881.108,6)
Depreciação e amortização		(45.502,4)	(50.429,9)
Locação		(20.479,5)	(24.010,5)
Manutenção		(61.231,9)	(54.924,5)
Serviços de comunicação		(7.030,3)	-
Serviços profissionais e contratados		(60.613,6)	(42.890,5)
Serviços públicos		(18.005,7)	(16.901,1)
Resultado com créditos a receber		(9.774,8)	(4.673,2)
Despesas tributárias diversas		(4.333,9)	(3.843,2)
Materiais		(3.906,7)	(5.158,8)
Outras despesas/receitas		39.513,8	6.531,0
Resultado com ações judiciais		(10.632,4)	(17.433,7)
Resultado financeiro		(1.097,7)	641,0

Resultado antes dos tributos sobre o lucro		605.415,1	174.994,4
Tributos sobre o lucro	21	(145.712,7)	(51.880,3)
Tributos correntes		(94.106,7)	(62.564,0)
Tributos diferidos		(51.606,0)	10.683,7
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		459.702,3	123.114,1
As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas			
Demonstração dos Resultados Abrangentes			
	Em milhares de R\$		
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	
Resultado líquido do período	459.702,3	123.114,1	
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(11.744,0)	103.102,4	
Ajustes de instrumentos financeiros	206,5	3,4	
Ajustes de passivos atuariais	(18.106,7)	156.210,6	
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	6.156,3	(53.111,6)	
Resultado abrangente no período	447.958,4	226.216,5	
As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas			
Demonstração do Fluxo de Caixa			
	Em milhares de R\$		
	Dezembro 2018	Dezembro 2017	
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2.834.905,0	2.554.301,3	
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	333.808,2	125.931,1	
Ressarcimento de pessoal requisitado	318.141,0	276.716,0	
Outros recebimentos	56.421,8	49.295,1	
Receita de compensação tributária	103.182,2	160.242,7	
Tributos e encargos – inclusive compensação tributária	(756.609,9)	(642.945,6)	
Pessoal e encargos – inclusive compensação tributária	(1.892.844,2)	(1.874.528,1)	
Sentenças judiciais	(121.113,0)	(47.742,9)	
Pagamentos a fornecedores	(485.078,9)	(486.776,0)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	390.812,3	114.493,66	
Atividades de investimentos			
Imobilizado/ intangível	(135.711,5)	(134.011,0)	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(135.711,5)	(134.011,0)	
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b)	255.100,5	(19.517,4)	
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	232.780,5	252.297,8	
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	487.881,3	232.780,5	
As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas			

Demonstração do Valor Adicionado					Em milhares de R\$				
Geração do valor adicionado	2018	%	2017	%	Geração do valor adicionado	2018	%	2017	%
1 – Receitas	3.267.482,5	116,3	2.890.386,1	119,8	5 – Valor adicionado líquido (3-4)	2.801.579,4	99,7	2.393.919,0	99,2
1.1 – Vendas de serviços	3.310.698,5	117,8	2.931.812,7	121,5	6 – Recebido de terceiros				
1.2 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.774,8)	(0,4)	(4.673,2)	(0,2)	6.1 – Receitas financeiras	8.705,5	0,3	18.818,6	0,8
1.3 – Descontos concedidos	(1.987,6)	(0,1)	(1.882,3)	(0,1)	7 – Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	2.810.285,0	100,0	2.412.737,6	100,0
1.4 – Vendas canceladas	(229,1)	(0,0)	(1.406,0)	(0,1)	Distribuição do valor adicionado				
1.5 – Outras deduções de vendas	(31.224,5)	(1,1)	(33.465,1)	(1,4)	7.1 – Empregados (salários, encargos e benefícios)	1.563.570,3	55,6	1.616.547,8	67,0
2 – Insumos adquiridos de terceiros	(332.520,5)	(11,8)	(336.671,1)	(14,0)	7.2 – Governo (impostos e contribuições)	787.012,3	28,0	673.075,7	27,9
3 – Valor adicionado bruto (1-2)	2.934.962,0	104,4	2.553.715,0	105,8	7.3 – Capitais de terceiros	-	-	-	-
4 – Retenções					7.4 – Capital próprio	459.702,3	16,4	123.114,1	5,1
4.1 – Depreciações e amortizações	(122.750,1)	(4,4)	(142.362,3)	(5,9)	Acionista (dividendos e juros sobre o capital próprio)	52.018,7	1,9	-	-
4.2 – Resultados com ações judiciais	(10.632,4)	(0,4)	(17.433,7)	(0,7)	Acionista (juros sobre dividendos de exercícios anteriores)	-	-	-	-
	(133.382,6)	(4,8)	(159.796,0)	(6,6)	Lucros/prejuízos retidos	407.683,7	14,5	123.114,1	5,1
					T o t a l	2.810.285,0	100,0	2.412.737,6	100,0
					As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldo em 01 janeiro de 2017	1.061.004,8	138.214,2			(309.730,5)	(479.133,2)	410.355,4
Lucros/prejuízos líquidos					123.114,1		123.114,1
Outros resultados abrangentes						103.102,3	103.102,3
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.061.004,8	138.214,2			(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,9
	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.061.004,8	138.214,2			(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,9
Reconhecimento de saldos iniciais					(54.059,9)		(54.059,9)
Reconhecimento inicial passivo atuarial					(168.901,2)		
Tributos sobre reconhecimento de passivo atuarial					57.426,4		
Reconhecimento inicial de receita (CPC 47)					104.763,2		
Tributos sobre reconhecimento da receita (CPC 47)					(47.348,3)		
Lucros/prejuízos líquidos					459.702,3		459.702,3
Resultado líquido do período					459.702,3		459.702,3
Constituição de reservas			10.951,3	156.056,0	(167.007,3)		
Reserva legal			10.951,3		(10.951,3)		
Reserva de retenção de lucros				156.056,0	(156.056,0)		
Constituição de dividendos/JSCP					(52.018,7)		(52.018,7)
Juros sobre capital próprio imputados a dividendos					(52.018,7)		
Outros resultados abrangentes						(11.744,0)	(11.744,0)
Ajustes de instrumentos financeiros						206,5	
Ajustes de passivo atuarial						(18.106,7)	
Tributos sobre ajustes de passivo atuarial						6.156,3	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.061.004,8	138.214,2	10.951,3	156.056,0	-	(387.774,8)	978.451,6

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**Nota 1 - Contexto Operacional**

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia*, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis. O Serpro tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Com a missão institucional de conectar governo e sociedade por meio de soluções digitais, o Serpro é o principal provedor de soluções tecnológicas para o Estado brasileiro, desenvolvendo sistemas estratégicos que suportam ações estruturantes do governo.

Atualmente, o Serpro possui três linhas de negócio: Serviços Sob Medida, Serviços de Informação e Serviços em Nuvem.

Serviços sob medida

Esta linha de negócios congrega a maioria dos serviços tradicionais, como Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), o Siafi e o Siscomex, agregando clientes como Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Denatran e Polícia Federal, por exemplo.

Caracteriza-se por oferecer atendimento personalizado e soluções sob medida, em geral dependentes de projetos de desenvolvimento e ou de infraestrutura, produção continuada e exclusividade para determinados clientes.

Contempla, dessa forma, os serviços de desenvolvimento, centro de dados, rede de comunicação e serviços multimídia, administração de rede local, Central de Serviços Serpro, segurança da informação, educação a distância, consultoria, entrada e saída de dados.

Trata-se da linha de negócio com maior faturamento na Empresa, cujo serviço com maior representatividade é a hospedagem de aplicações

Serviços de informação

Essa linha de negócio atende ao mercado público e à sociedade. Por ser provedor de soluções digitais para a administração pública federal, o Serpro é responsável pela guarda, em seus centros de dados, de diversas bases de governo. Por meio das soluções dessa linha, é possível validar e consumir informações estratégicas

Abriga serviços, tecnologias e produtos relacionados com a aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações de governo, derivadas das bases de dados hospedadas no Serpro.

Representa a linha de negócio com maior crescimento em 2018, e contempla serviços como as APIs de Consulta CPF, Consulta CNPJ e Consulta NF-e. O serviço com maior representatividade nesta linha refere-se à Emissão de CNH, realizado em parceria com o Denatran.

Serviços em nuvem

Linha direcionada para o setor público, reunindo produtos e serviços padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa. Compõem esta linha as seguintes modalidades:

- i) Infraestrutura como serviço, na qual recursos computacionais, complementados por capacidades de armazenamento e rede, são hospedados pelo Serpro e oferecidos a seus clientes sob demanda; e
- ii) Software como serviço, na qual o Serpro disponibiliza softwares específicos e se responsabiliza por toda a estrutura necessária (servidores, conectividades, segurança) e cuja comercialização pode ocorrer no modelo de faturamento pelo uso ou no modelo de assinatura.

Os serviços em nuvem contemplam o SerproMail, solução de e-mail e colaboração com plataforma integrada disponível para todos órgãos públicos, e a gestão de margem consignável, resultado de parceria com o Ministério do Planejamento*.

Entre os serviços realizados em 2018, destacam-se: o processamento de 29 milhões de declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física; desenvolvimento da declaração padronizada do ISSQN (DPI); aprimoramento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV); lançamento de aplicativo do Tesouro Direto; acréscimo de funcionalidades ao Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE Mobile); elaboração do sistema ágil para pagamento de dívidas com desconto para micro e pequenos empreendedores (PERT/MEI); e programa de declaração de débitos e créditos para empresas (DCTF Web).

*De acordo com a Medida Provisória nº 870 de 1º janeiro de 2019, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho foram transformados no Ministério da Economia.
**De acordo com a Medida Provisória nº 870 de 1º janeiro de 2019, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho foram transformados no Ministério da Economia. Em relação a novas tecnologias, apontam-se a Carteira Digital de Trânsito (CDTe), dispositivo que permite ter disponíveis no celular tanto a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) quanto o documento do veículo (CRVL); o primeiro certificado digital que pode ser utilizado sem token físico, no Brasil (NeoID); uso de biometria facial no DataValid; e sistemas que agilizam gestão de notificações de infrações de trânsito (SNE/Radar).

Nota 2 - Preparação e apresentação das demonstrações contábeis**2.1 - Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade**

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão e divulgação das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2018, foi autorizada pela Diretoria da Empresa em reunião realizada em 23 de janeiro de 2019.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal em 12 de março de 2019, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3 - Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Real.

2.4 - Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE 7 – Ativos Financeiros;
- NE 8 – Clientes;
- NE 8.1 – Perda Estimada para Crédito em Liquidação Duvidosa;
- NE 13 – Ressarcimento de Pessoal;
- NE 14 – Créditos Tributários Diferidos;
- NE 17 – Ativo Imobilizado;
- NE 18 – Intangível;
- NE 20.1 – Passivo Fiscal Diferido (circulante);
- NE 29 – Provisões Trabalhistas, Cíveis e Administrativas;
- NE 30 – Benefícios pós-emprego;
- NE 35 – Benefícios a empregados.

2.5 - Mensuração do valor justo

A Empresa, ao mensurar o valor justo de seus ativos, utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As mensurações de valor justo são classificadas a partir da seguinte hierarquia:

- i) Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- ii) Nível 2 – preços cotados em mercados ativos e ajustados com critérios definidos e verificáveis;
- iii) Nível 3 – valores que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Caso ocorram mudanças, a Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período.

2.6 - Reclassificações

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior podem ser reclassificadas. Essas reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores imateriais ou revisão de agrupamento de contas. A NE 5 apresenta os impactos das reclassificações efetuadas.

2.7 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em decorrência do primeiro estudo atuarial acerca do Programa de Assistência à Saúde do Serpro – PAS/Serpro, houve reconhecimento do passivo atuarial líquido (deficit) referente a este benefício pós-emprego (NBC TG 33 (R2)). O passivo foi mensurado em R\$ 168,9 milhões, tendo como contrapartida o reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores, na conta de lucros e prejuízos acumulados (Patrimônio Líquido).

Conforme mencionado nas notas explicativas do exercício de 2017, e considerando ser impraticável reapresentar retrospectivamente os efeitos do cálculo atuarial (NBC TG 23 (R1)), o reconhecimento da posição passiva obtida no estudo, efetuado por consultoria especializada, refere-se à observada no encerramento do exercício de 2018, impactando somente a situação patrimonial a partir deste exercício. Dessa forma, não há impacto retrospectivo nos saldos de abertura de balanço.

O quadro abaixo apresenta a movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados decorrente deste reconhecimento:

Descrição	Em milhares de R\$	
		Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017 do passivo atuarial (cálculo impraticável)		-
Reconhecimento inicial de passivo atuarial (PAS/Serpro)		(168.901,2)
IRPJ e CSLL diferidos sobre passivo atuarial		57.426,4
Impacto em Lucros e Prejuízos Acumulados em 31 de dezembro de 2018		(111.474,8)

2.8 - Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Empresa apresenta a DFC (NBC TG 03 (R3)) pelo método direto.

2.9 - Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Empresa elabora a DVA (NBC TG 09), que é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

2.10 - Mudanças nas Políticas Contábeis

Conforme disposto na NBC TG 23 (R1) a entidade deve alterar sua política contábil apenas se a mudança for exigida por pronunciamento, interpretação, orientação ou resultar em informação confiável e mais relevante. Diante disso, o Serpro identificou durante o exercício a necessidade de mudança nas seguintes políticas:



Mudança	Política	Anterior	Atual
Pronunciamento, Interpretação ou Orientação	Reconhecimento de receita	NBCTG30	NBCTG47
	Ativos financeiros	NBCTG38	NBCTG48

Nota 3 - Principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pelo Serpro no exercício de 2018 estão apresentadas a seguir:

3.1 – Caixa e equivalente de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 – Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

3.3 – Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

3.4 – Gastos subsequentes

Incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade.

3.5 – Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda.

3.6 – Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) devem ser revistos anualmente, caso haja indicação de perda no valor recuperável (NBC TG 01 (R4)).

Em 2018, não houve registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado e intangível. Além disso, a Empresa apresentou retorno positivo na utilização de seus ativos, haja vista o lucro apurado no encerramento do exercício, somando-se ainda o fato de que não foi apontada qualquer indicação de desvalorização dos ativos de maior representatividade da Empresa.

Assim, mostrou-se dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (NBC TG 01 (R4)).

3.7 – Provisões

São reconhecidas em razão da entidade possuir obrigações presentes associadas a eventos passados, que podem ser estimadas de maneira confiável com probabilidade de que recursos econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação no futuro. Estão classificadas em trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais.

Para fins de determinação de contabilização dos processos, os riscos processuais são classificados em:

Provável (51 a 100%): classificação aplicada para denotar que o risco de desfecho desfavorável ao Serpro muito alto, apesar de não ter ocorrido, ou quando a chance de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis é maior do que a de não ocorrer. A classificação do risco de um processo como provável denota um prognóstico de perda da ação, em razão de elementos ou indicativos como a tendência jurisprudencial que se mostra desfavorável à tese da Empresa, teses anteriores apreciadas em tribunais superiores quando matérias de direito estão envolvidas e dificuldade para produção de provas, quando se trata de litígio que envolve matéria de fato. Os valores referentes a processos judiciais classificados com risco provável são contabilizados como passivo.

Possível (21 a 50%): demonstra que a possibilidade de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis à Empresa é menor que provável e maior que remota. Um prognóstico de possível perda da ação denota que o insucesso pode ocorrer, no entanto, os elementos ou dados são inexistentes ou insuficientes para formação de convicção quanto à tendência de êxito ou insucesso no processo em questão. Processos, cuja classificação de risco corresponde a possível, são inseridos nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

Remoto (0 a 20%): classificação empregada quando a chance de um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis ser proferida é reduzida, configurando-se como um processo que dificilmente trará perdas ou prejuízos ao Serpro, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

3.8 – Receita operacional

Considerando a adoção inicial da NBC TG 47, no exercício de 2018 houve alteração na forma de reconhecimento da receita operacional do Serpro.

Anteriormente, o reconhecimento da receita ocorria, com base na NBC TG 30, na transferência dos riscos e benefícios para o cliente, que se efetivava após a emissão de faturamento, sendo este dependente de ateste do cliente.

Nos termos da NBC TG 47, a receita pode ser reconhecida em momento específico ou ao longo do tempo. O Serpro adotou este último, estimando os serviços a faturar não abarcados pelo faturamento do período, sendo estes baixados no mês subsequente, uma vez que são objeto do próximo faturamento (NE 4.1).

3.9 – Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente.

3.9.1 – Benefícios pós-emprego

3.9.1.1 – Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal.

3.9.1.2 – Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definido é calculada anualmente por uma consultoria atuarial, utilizando-se o método de Crédito Unitário Projetado (CUP). O cálculo da obrigação é realizado com base na estimativa do valor do benefício futuro, sendo descontado a valor presente e apresentado líquido de quaisquer ativos do plano.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros sobre o valor justo do ativo) e o efeito do teto do ativo, são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O custo líquido dos juros e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.9.1.3 – Programa de Assistência à Saúde

Em 2018, a obrigação atuarial líquida da Empresa para o Programa de Assistência à Saúde (PAS/Serpro) começou a ser calculada por consultoria atuarial, utilizando-se o método de Crédito Unitário Projetado (CUP). O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período previsto em que trabalhará para a Empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

O primeiro reconhecimento deste passivo atuarial teve como contrapartida prejuízos acumulados. A partir do próximo exercício, as remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, serão reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes. O custo dos serviços e outras despesas relacionadas ao programa serão reconhecidos no resultado.

3.10 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serpro opta pela apuração anual do IRPJ e CSLL. No exercício de 2018, os resultados mensais foram apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento destes tributos.

3.11 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Com base no histórico, os valores vencidos há mais de 365 dias possuem maior possibilidade de não recebimento e, portanto, compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente. São incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante, em sua integralidade.

Nota 4 – Novas normas contábeis

Duas novas normas contábeis entraram em vigor no exercício de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente; e NBC TG 48 – Instrumentos financeiros. No caso do Serpro, somente a NBC TG 47 apresentou impactos.

Para o exercício de 2019, ocorrerão alterações significativas na aplicação da NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Atualmente, o Serpro não possui contrato formal de arrendamento. Entretanto, no decorrer do próximo exercício, seus contratos vigentes devem ser analisados de modo a identificar possíveis componentes de arrendamento. Além disso, caso haja contratação por meio da modalidade, a empresa adotará, contabilmente, os termos da norma alterada.

4.1 – NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente

No exercício de 2018, o Serpro adequou seu processo de reconhecimento de receitas à nova norma contábil. Para atendimento à norma, a Empresa analisou a necessidade de modificação com base no modelo de 5 etapas estabelecido pelo mercado, a saber:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho;
3. Determinar o preço da transação;
4. Alocar o preço da transação; e
5. Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Em relação às etapas 1, 3 e 4, não foi identificada necessidade de modificação nos procedimentos, uma vez que todos os serviços prestados pelo Serpro são objeto de instrumento contratual ou representam venda à vista (certificação digital, por exemplo) e que o preço da transação já é estabelecido contratualmente, alocado com base na efetiva prestação de serviço e de acordo com a unidade de medida de cada serviço prestado pela Empresa.

Quanto à etapa 2, para a implantação da NBC TG 47, os itens de faturamento, já utilizados anteriormente, foram agrupados de modo a representar os serviços efetivamente entregues pelo Serpro, refletindo o Catálogo de Serviços da Empresa. Estes serviços caracterizam as chamadas obrigações de desempenho, nos termos da norma. Os itens de faturamento representam o menor nível de detalhamento dos serviços, onde estão cadastrados e vinculados os preços praticados pela Empresa.

Por fim, em relação à etapa 5, houve adequação no critério de reconhecimento da receita. Anteriormente, o reconhecimento ocorria, com base na NBC TG 30, na transferência dos riscos e benefícios para o cliente, que se efetivava após a emissão de faturamento, após ateste do cliente. Este procedimento está regulamentado pela Instrução Normativa MP/SLTI nº 04/2014 (Subitem III, Art. 34, Inciso IX). O faturamento do Serpro ocorre com base em três períodos de prestação de serviços:

- i) Dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês corrente
- ii) Dia 11 do mês anterior ao dia 10 do mês corrente
- iii) Do primeiro ao último dia do mês corrente.

A partir dessas informações, nota-se que o faturamento referente aos períodos de prestação constantes dos itens (i) e (ii) consideram serviços do mês anterior e não abarcam uma parte final do mês corrente. Neste sentido, de modo a reconhecer a receita ao longo do tempo, aderente à NBC TG 47, o Serpro passou a estimar os serviços a faturar não abarcados pelo faturamento do período, sendo estes baixados no mês subsequente, uma vez que são objeto do próximo faturamento. A estimativa é feita com base no faturamento médio mensal do exercício anterior, considerando a representatividade mensal de cada período de prestação.

A tabela abaixo sintetiza os impactos da implantação da NBC TG 47



Etapa	Modelo anterior	Modelo atual	Impactos da implantação	
1. Identificar o contrato com o cliente	Todos os serviços prestados aos clientes previstos em contrato		não houve impacto	
2. Identificar as obrigações de desempenho	Registro por item de faturamento, com divulgação consolidada	Itens agrupados conforme Catálogo de Serviços do Serpro. Estes são considerados como obrigações de desempenho do Serpro	Maior segregação dos serviços prestados. Possibilita divulgação mais detalhada (por obrigação de desempenho)	
3. Determinar o preço da transação	Preços calculados por item de faturamento		não houve impacto	
4. Alocar o preço da transação	Alocação com base na efetiva prestação de serviços, de acordo com a unidade de medida de cada item		não houve impacto	
5. Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho	Reconhecimento após transferência dos riscos e benefícios para o cliente, caracterizada pela emissão de faturamento, após ateste do cliente.	Reconhecimento de receita ao longo do tempo, por meio de exclusão de faturamento não referente ao mês e estimativa de serviços prestados a faturar, considerando o período não abarcado pelo faturamento.	Mudança de critério no reconhecimento da receita, passando para o modelo de reconhecimento ao longo do tempo.	

O reconhecimento das estimativas relativas à NBC TG 47 impactou o resultado do exercício em R\$ 19,3 milhões. A demonstração sintética do resultado do exercício abaixo demonstra os impactos da implantação.

Em milhares de R\$

Demonstração do Resultado	2018 publicado	Impactos adoção NBC TG 47	2018 impactos TG 47	sem NBC 2017
Receita operacional líquida	2.715.673,2	22.796,2	2.692.877,0	2.382.906,6
Custo dos serviços prestados	(1.112.326,0)	-	(1.112.326,0)	(1.113.704,2)
Lucro bruto	1.603.347,1	22.796,2	1.580.551,0	1.269.196,5
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	(996.834,4)	-	(996.834,4)	(1.094.843,1)
Resultado financeiro	(1.097,7)	-	(1.097,7)	641,0
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	605.415,1	-	605.415,1	174.994,4
Tributos sobre lucro	145.712,7	(3.490,6)	(142.222,1)	(51.880,3)
Tributos correntes	(94.106,7)	4.260,1	(98.366,8)	(62.564,0)
Tributos diferidos	(51.606,0)	(7.750,7)	(43.855,3)	10.683,7
Lucro/prejuízo líquido do exercício	459.702,3	19.305,6	440.396,8	123.114,1

Em relação à situação patrimonial, o quadro abaixo apresenta o impacto no balanço de encerramento do exercício.

Em milhares de R\$

Ativo	Dezembro 2018 publicado	Impactos adoção NBC TG 47	Dezembro 2018 sem impactos NBC TG 47	Dezembro 2017
Circulante	1.227.062,2	136.476,3	1.090.585,9	726.985,0
Ativo	Dezembro 2018 publicado	Impactos NBC TG 47	Dezembro 2018 sem impactos NBC TG 47	Dezembro 2017
. Caixa e equivalentes Ativos Financeiros	488.343,6		488.343,6	233.046,2
. Créditos a receber	655.979,4	132.216,2	523.763,2	391.467,0
. Créditos tributários	79.140,0	4.260,1	74.879,9	95.909,6
. Outros ativos	3.599,1		3.599,1	6.562,2
Não Circulante	1.743.925,4		1.743.925,4	2.861.532,5

. Realizável a longo prazo	1.189.787,2		1.189.787,2	2.300.836,7
. Imobilizado	475.359,9		475.359,9	494.540,0
. Intangível	78.778,3		78.778,3	66.155,8
Total do Ativo	2.970.987,6	136.476,3	2.834.511,3	3.588.517,5

Passivo				
Circulante	814.468,5	77.977,0	736.491,5	724.689,6
. Consignações e Depósitos diversas origens	60.216,4		60.216,4	66.988,2
. Tributos e encargos sociais	174.725,0	59.755,9	114.969,1	118.485,0
. Obrigações a pagar	579.527,1	18.221,1	561.306,0	539.216,4
Dividendos e juros sobre o capital próprio	52.018,7	18.221,1	33.797,6	-
Demais obrigações a pagar	527.508,4		527.240,5	539.216,4
Não Circulante	1.178.067,5		1.178.067,5	2.227.256,1
Patrimônio líquido	978.451,6	58.499,3	919.952,3	636.571,8
. Capital	1.061.004,8		1.061.004,8	1.061.004,8
. Reservas	305.221,6	58.499,3	246.722,3	138.214,2
Reservas de Reavaliação	138.214,2		138.214,2	138.214,2
Reservas de Lucros	167.007,3	58.499,3	108.508,0	-
Reserva Legal	10.951,3	3.836,0	7.115,3	-
Reserva de Retenção do Lucro	156.056,0	54.663,3	101.392,8	-
. Outros Resultados Abrangentes	(387.774,8)		(387.774,8)	(376.030,8)
. Lucros/Prejuízos Acumulados	-		-	(186.616,4)
Total do Passivo	2.970.987,6	136.476,3	2.834.511,3	3.588.517,5

Considerando que o Serpro optou pelo método de efeito cumulativo de aplicação da norma, que consiste em evidenciar os saldos patrimoniais de abertura impactados, apresenta-se na NE 5 a alteração dos saldos de abertura do balanço patrimonial. Além disso, o detalhamento das receitas por obrigação de desempenho consta da NE 33.1.1.

4.2 – NBC TG 48 – Instrumentos financeiros

Em relação à NBC TG 48, com aplicação a partir de janeiro de 2018, são abarcados, no Serpro, os seguintes itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

Contabilmente, não houve alteração no tratamento dado a qualquer item, conforme detalhado a seguir:

i) Fundo de aplicação extramercado: são valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Podem ainda ser classificados como depósitos judiciais, quando representam depósitos efetuados pelo Serpro em garantia de algum processo judicial em que é parte. Outra possibilidade é a classificação de valores contratuais caucionados por fornecedores junto ao Serpro. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação. No caso dos depósitos judiciais ou das cauções, não são mantidos para negociação presente, mas não houve a opção irrevogável de reconhecer pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA). Portanto, transita pelo resultado (VJR).

ii) Créditos a receber de clientes: não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassa um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, sendo portanto reconhecidos pelo custo amortizado.

No tocante às perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, o Serpro já adota política de estimar suas perdas futuras. A política atual prevê que valores de clientes com atraso superior a um ano tendem a se tornar incobráveis, sendo, neste momento, reconhecidas as perdas estimadas (NE 8.1). O conceito de perdas estimadas está aderente à NBC TG 48.

iii) Investimentos em incentivos fiscais: o Serpro possui cotas de fundos de investimentos relativos a incentivos fiscais, FINAM e FINOR. Os ativos financeiros anteriormente eram classificados como disponíveis para venda (não mantido para negociação ou para negociação futura), sendo as modificações do seu valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes. Nos novos termos da NBC TG 48, representam instrumentos financeiros não mantidos para negociação, com opção irrevogável de reconhecimento da variação pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA).

iv) Contas a pagar ou fornecedores: em regra, o Serpro não possui passivo oneroso. Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. O objetivo comercial do passivo é o financiamento das atividades operacionais, mantido até o vencimento. É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento.

Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no Serpro. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração	Ativo Circulante		
				Nota 6 - Caixa e equivalente de caixa		Em milhares de R\$
				Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
1. Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e realização	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado	Bancos c/ movimento	487.393,9	232.340,0
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Custo amortizado	Fundo de aplicação financeira	487,4	440,5
2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado	Total	487.881,3	232.780,5
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Nota 7 - Ativos Financeiros		
4 Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento	Custo amortizado	Em milhares de R\$		
				Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
				Cotas FINAMFINOR	9.864,9	9.864,9
				Correção monetária	28,9	28,9
				Provisão para perdas prováveis	(9.431,4)	(9.628,1)
				Total	462,3	265,7
Nota 5 – Impactos no balanço de abertura						
Considerando as reclassificações efetuadas (NE 2.6) e a implantação da NBC TG 47 (NE 4.1), apresentam-se no quadro abaixo os impactos a serem considerados tanto no balanço comparativo de 2017 quanto no saldo de abertura de 2018.						
Ativo	Nomenclatura anterior	Dezembro 2017 (publicado)	Reclassificações	Dezembro 2017 (reclassificado)*	Impactos NBC TG 47	Saldos abertura pós NBC TG 47
Em milhares de R\$						
Circulante		726.739,0	246,0	726.985,0		831.748,2
. Caixa e equivalentes de caixa		232.780,5		232.780,5		232.780,5
. Ativos financeiros		265,7		265,7		265,7
. Créditos a receber		391.467,0		391.467,0	104.763,2	496.230,2
Clientes		336.880,0		336.880,0	104.763,2	441.643,2
Ressarcimento de pessoal		53.250,6		53.250,6		53.250,6
Créditos diversos a receber		1.336,4		1.336,4		1.336,4
. Créditos tributários		95.909,6		95.909,6		95.909,6
. Bens e valores em circulação		556,3		556,3		556,3
. Demais valores a curto prazo	Despesas antecipadas	5.759,9		5.759,9		5.759,9
. Ativo não circulante mantido para venda			246,0	(d) 246,0		246,0
Ativo não circulante mantido para venda		246,0	(246,0)	(d) 246,0		246,0
Não circulante		2.861.532,5		2.861.532,5		2.861.532,5
. Realizável a longo prazo		2.300.836,7		2.300.836,7		2.300.836,7
Depósitos judiciais e recursais		280.146,8		280.146,8		280.146,8
Ressarcimento de pessoal		1.545.064,3		1.545.064,3		1.545.064,3
Créditos tributários diferidos	Créditos tributários	415.273,6		415.273,6		415.273,6
Créditos realizáveis a longo prazo	Outros ativos	60.246,8	105,1	(a) 60.351,9		60.351,9
Outros ativos		105,1	(105,1)	(a)		
. Imobilizado		494.540,0		494.540,0		494.540,0
. Intangível		66.155,8		66.155,8		66.155,8
Total do ativo		3.588.517,5		3.588.517,5	104.763,2	3.693.280,7
Passivo	Nomenclatura anterior	Dezembro 2017 (publicado)	Reclassificações	Dezembro 2017 (reclassificado)*	Impactos NBC TG 47	Saldos abertura pós NBC TG 47
Circulante		725.540,7	(851,1)	724.689,6	47.348,3	772.037,9
. Consignações		65.997,4		65.997,4		65.997,4
. Tributos e encargos sociais		119.336,1	(851,1)	(c) 118.485,0	47.348,3	165.833,3
. Depósitos diversas origens		990,8		990,8		990,8
. Obrigações a pagar		539.216,4		539.216,4		539.216,4
Fornecedores		186.309,1		186.309,1		186.309,1
Pessoal a pagar	Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	316.089,8	(316.089,8)	(b) 3.210,9		-
Encargos trabalhistas			3.210,9	(b) 310.878,9		3.210,9
Processo trabalhista a pagar			310.878,9	(b) 2.000,0		310.878,9
Plano de previdência complementar		36.631,6		36.631,6		2.000,0
Outras obrigações		185,9		185,9		36.631,6
Não circulante		2.226.405,0	851,1	2.227.256,1		2.227.256,1
Fornecedores		118,0		118,0		118,0
Obrigações tributárias		71.471,3	851,1	(c) 72.322,4		72.322,4
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	Provisões trabalhistas e cíveis	1.643.979,3		1.643.979,3		1.643.979,3
Benefícios pós-emprego	Plano de previdência complementar	509.127,8		509.127,8		509.127,8
Receita diferida		1.212,5		1.212,5		1.212,5
Outras obrigações		496,1		496,1		496,1
Patrimônio líquido		636.571,8		636.571,8	57.414,8	693.986,6
. Capital		1.061.004,8		1.061.004,8		1.061.004,8
. Reservas de reavaliação		138.214,2		138.214,2		138.214,2
. Lucros/prejuízos acumulados		(186.616,4)		(186.616,4)	57.414,8	(129.201,6)
Total do passivo		3.588.517,5		3.588.517,5	104.763,2	3.693.280,7

*versão comparativa do balanço publicado em 2018

(a) agrupamento de contas outros ativos e créditos realizáveis a longo prazo; (b) abertura de pessoal e encargos trabalhistas, possibilitando maior detalhamento de rubricas relevantes; (c) reclassificação de tributos a pagar sobre valores em avaliação de direito, incorretamente classificados no passivo circulante em 2017.



Os ativos financeiros anteriormente eram classificados como disponíveis para venda, sendo as modificações do seu valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes. Nos termos da NBC TG 48, representam instrumentos financeiros não mantidos para negociação, com opção irrevogável de reconhecimento da variação pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA).

Estes ativos representam cotas dos seguintes fundos de investimentos:

- i) FINOR, com 306.290.783 cotas escriturais, sem prazo de vencimento;
- ii) FINAM, com o total de 2.420.110.239 cotas, também sem vencimento definido.

O valor justo das cotas é obtido mensalmente por meio do valor de cotação na BOVESPA (B3). Assim, são classificados como ativos financeiros de nível 1, ou seja, possuem "preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos"

Nota 8 – Clientes

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	%	Dez/ 2017		Dez/ 2017	%
			NBC	TG		
Créditos a receber de clientes a vencer	296.357,9	49%	216.585,8	47%	216.585,8	60%
Créditos vencidos	168.421,6	29%	143.790,6	31%	143.790,6	40%
Créditos a receber a faturar (NBCTG47)	132.216,2	22%	104.763,2	23%		
Créditos a receber	596.995,7	100%	465.139,6	100%	360.376,4	100%
PECLD	(31.748,1)	5,3%	(23.496,4)	5,0%	(23.496,4)	6,5%
Total	565.247,6		441.643,2		336.880,0	

Os créditos a receber de clientes são apresentados no balanço deduzidos da PECLD. Os valores a faturar reconhecidos, considerando a alteração de critério contábil decorrente da implantação da NBC TG 47 (NE 4.1), representam a estimativa de serviços prestados que, contratualmente, serão faturados no período subsequente.

8.1 – Perda Estimada para Crédito em Liquidação Duvidosa

Estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes e de acordo com o risco de não recebimento, que incluem os valores vencidos há mais de um ano. Em 2018, foi avaliada em R\$ 31,7 milhões (R\$ 23,5 milhões em 2017).

Nota 9 – Ressarcimento de Pessoal

Em dezembro de 2018, o Serpro possuía 2356 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no Ministério da Fazenda (MF), sendo responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas. Trata-se de valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários.

No encerramento do exercício, consta saldo de R\$ 88,3 milhões (R\$ 53,3 milhões em 2017); o acréscimo de R\$ 35,0 milhões em relação a dezembro de 2017 decorre sobretudo do reconhecimento de valores a receber relativos a acordo judicial de processo trabalhista movido por empregados do quadro externo (NE 29.1).

Nota 10 – Créditos tributár

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
IRPJ/CSLL a Compensar	171.703,0	156.348,7
IRPJ/CSLL a Recolher	(94.106,7)	(61.982,7)
PIS/COFINS a Compensar	1.543,7	1.543,7
Total	79.140,0	95.909,6

O valor líquido de IRPJ e CSLL (R\$ 77,6 milhões) representa a diferença entre as antecipações decorrentes, em sua maioria, de retenção na fonte de IRPJ e CSLL efetuada por clientes (R\$ 171,7 milhões) e os valores desses tributos devidos no final do período de apuração (94,1 milhões).

O saldo de PIS e COFINS de R\$ 1,5 milhão decorre de pagamentos realizados a maior no ano de 2008, por meio de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano de 2007. A compensação desse crédito não foi realizada, devido ao fato da Receita Federal do Brasil (RFB) não ter homologado integralmente as declarações de compensação do ano-calendário de 2007. Considerando haver discussão administrativa, interrompe-se a contagem do prazo prescricional.

Nota 11 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda

O grupo é composto por um imóvel recebido pelo Serpro em acordo judicial realizado em 2016 e três imóveis anteriormente classificados no imobilizado, os quais a Empresa tem a intenção de venda.

No exercício de 2018, não coube a redução ao valor recuperável dos ativos, uma vez que os valores das avaliações são superiores aos valores contábeis dos bens.

Em milhares de R\$

Imóvel	Valor original	Depreciação acumulada	Valor terreno	Valor contábil	Valor de mercado*
Casa – Teresópolis/RJ (recebida em acordo judicial)	246,0	-	-	246,0	400,0
Galpão – Taguatinga/DF	292,0	(58,4)	1.348,1	1.581,7	8.400,0
Imóvel localizado à R. Plínio Ramos, Luz – São Paulo/SP	1.003,6	(200,7)	77,9	880,8	13.117,0
Imóvel localizado à R. Plínio Ramos, Luz – São Paulo/SP	2.231,0	(2.231,0)	-	-	14.017,0
Total	3.772,6	(2.490,1)	1.426,0	2.708,5	35.934,0

*com base em laudos de avaliação de 2017/2018

Ativo Não Circulante

Nota 12 – Depósitos judiciais e recursai

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Depósitos judiciais	240.516,8	234.621,2
Depósitos recursais	42.959,2	39.175,0
Ações fiscais	6.350,6	6.350,6
Total	289.826,6	280.146,8

O saldo de R\$ 289,8 milhões (R\$ 280,1 milhões em 2017) constitui-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. No caso das ações fiscais, correspondem, em sua maioria, a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD), o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões, em valores da época. O Serpro interpôs recurso administrativo junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), de modo que o valor se mantém depositado administrativamente até o julgamento final da ação.

* De acordo com o disposto no Decreto nº 9.660 de 1º janeiro de 2019, o Serpro, como entidade da administração pública federal indireta está vinculado ao Ministério da Economia.

1 Quaisquer notas de tributos representam a situação presente. É possível modificação da situação, dependendo da definição quanto à imunidade tributária mencionada na NE 31

Nota 13 – Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
(a) Apropriação por competência	39.136,5	39.007,8
Férias	22.993,6	22.433,3
Licença-prêmio	16.142,9	15.571,2
Acordo Coletivo 2017/2018	-	1.003,3
(b) Sentenças judiciais (PSE)	309.685,3	155.534,3
(c) Provisões trabalhistas PSE	59.591,0	1.350.522,2
Total (a) + (b) + (c)	408.412,9	1.545.064,3

Quantos às sentenças judiciais, representam os desembolsos (R\$ 155,6 milhões) efetuados pelo Serpro ao longo dos anos em execuções de processos de PSE em geral, somados aos valores de parcelas vincendas após 12 meses relativas ao acordo judicial firmado com empregados do quadro externo (R\$ 154,1 milhões) (NE 29.1). Do total dos desembolsos, R\$ 121,2 milhões referem-se ao mencionado processo judicial.

Adicionalmente, o acordo contribuiu significativamente para a redução de R\$ 1.136,6 milhões do grupo, observada nas provisões trabalhistas.

Nota 14 – Créditos tributários diferidos¹

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Ativo fiscal diferido	477.421,1	894.933,9
Passivo fiscal diferido	(46.232,3)	(479.660,3)
Total	431.188,8	415.273,6

O saldo representa a diferença intertemporal entre o ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais (NE 21.3).

Nota 15 – Clientes em avaliação de direito

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Clientes	266.100,1	267.171,6
Perda Estimada para crédito em liquidação duvidosa	(266.100,1)	(267.171,6)
Total	-	-

Em 2015, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), houve a contabilização de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, referente às faturas em avaliação de direito que se encontram para solução de controvérsia na Advocacia Geral da União (AGU).

O saldo é acompanhado mensalmente e refere-se a valores compreendidos no período de 2004 a 2016. Devido à incerteza de realização do ativo, o total dos valores a receber é considerado como PECLD.

Nota 16 – Créditos realizáveis a longo prazo

Refere-se em sua maioria a direito junto à Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) no valor de R\$ 60,2 milhões, representado por Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. O ativo está reconhecido pelo valor incontroverso, do qual a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos. Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina. O lançamento do valor incontroverso no balanço do SERPROS tomou por base parecer jurídico, concluindo não se tratar de ativo contingente, mas sim de ativo praticamente certo (NBC TG 25 (R2)).

Converge ao entendimento o fato de que o Estado de Santa Catarina reconhece a obrigação junto à EFPC, em forma de precatórios, conforme parecer emitido pelo Tribunal de Contas daquele Estado, em 2017. No encerramento do exercício, a EFPC ocupa o lugar de 542º na fila de pagamento do Estado.

Nota 17 – Ativo Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/2018	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido	
			Dez/2018	Dez/2017
Edifícios	140.611,3	(23.607,1)	117.004,3	116.993,6
Terrenos	65.603,7	-	65.603,7	67.029,7
Estudos e projetos	-	-	-	1.456,7
Obras em andamento	13.035,4	-	13.035,4	23.044,5
Instalações	136.016,9	(73.852,3)	62.164,6	66.241,1
Benfeitorias propr. de terc.	2.019,9	(1.350,3)	669,6	925,3
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,6	16.678,7
Bens Móveis	871.170,6	(670.966,9)	200.203,7	202.170,4
Total	1.247.667,4	(772.307,5)	475.359,9	494.540,0

1 Quaisquer notas de tributos representam a situação presente. É possível modificação da situação, dependendo da definição quanto à imunidade tributária mencionada na NE 31

17.1 - Movimentação do Imobilizado

Descrição	Em milhares de R\$				
	Saldo Dez/2017	Adições	Alienações/ Baixas	Transferên- cias	Saldo Dez/2018
Edifícios	143.090,7	-	-	(2.479,4)	140.611,3
Terrenos	67.029,7	-	-	(1.426,0)	65.603,7
Estudos e projetos	1.456,7	550,1	(1.175,1)	(831,7)	-
Obras em andamento	23.044,4	5.360,4	(2.030,1)	(13.339,3)	13.035,4
Instalações	122.841,6	136,4	-	13.038,9	136.016,9
Benfeitorias propr. de terc.	1.935,0	-	-	84,9	2.019,9
IPC/90	19.209,6	-	-	-	19.209,6
Bens Móveis	866.219,4	59.678,2	(54.727,0)	-	871.170,6
Total	1.244.827,1	65.725,1	(57.932,2)	(4.952,6)	1.247.667,4

Foram registradas as alienações em bens móveis (R\$ 54,7 milhões) que deduzida a depreciação acumulada (R\$ 54,5 milhões) (NE 17.2), representa uma redução líquida de R\$ 0,5 milhão.

O saldo das transferências (R\$ 5,0 milhões) correspondem aos imóveis mantidos para venda, que foram reclassificados pelo seu valor líquido da depreciação (R\$ 2,5 milhões) (NE 11). As demais movimentações referem-se a conclusão de obras em andamento.

17.2 – Movimentação da Depreciação/ Amortização

Descrição	Em milhares de R\$				
	Saldo Dez/2017	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Transferên- cias	Saldo Dez/2018
Edifícios	(26.097,2)	-	-	2.490,1	(23.607,1)
Terrenos	-	-	-	-	0,0
Estudos e projetos	-	-	-	-	0,0
Obras em andamento	-	-	-	-	0,0
Instalações	(56.600,4)	(17.251,9)	-	-	(73.852,3)
Benfeitorias propr. terc.	(1.009,6)	(340,7)	-	-	(1.350,3)
IPC/90	(2.531,0)	-	-	-	(2.531,0)
Bens Móveis	(664.049,2)	(61.578,9)	54.661,3	-	(670.966,8)
Total	(750.287,4)	(79.171,5)	54.661,3	2.490,1	(772.307,5)

Nota 18- Intangível

Descrição	Em milhares de R\$		
	Dez/ 2017	Adições	Dez/ 2018
Software	537.071,0	56.304,6	593.375,6
(Amortização Acumulada)	(470.915,2)	(43.682,1)	(514.597,3)
Total	66.155,8	12.622,5	78.778,3

O saldo líquido do intangível no valor de R\$ 78,8 milhões corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços.

Descrição	%	Em milhares de R\$			
		Intangível (Dez/ 2018)	Amortização Acumulada	Dez/ 2018	Dez/2017
Brasília	48%	306.995,8	(269.530,3)	37.465,4	37.533,8
São Paulo	35%	231.312,5	(204.001,2)	27.311,3	25.397,4
Outros	18%	55.067,3	(41.065,8)	14.001,6	3.224,6
Total		593.375,6	(514.597,3)	78.778,3	66.155,8

As unidades de Brasília e São Paulo concentram 96% do total do intangível, constituindo-se como os dois principais centros de dados da Empresa.

Passivo**Passivo Circulante****Nota 19 – Consignações**

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Previdência Social	14.297,6	14.100,6
Pensão Alimentícia	17,4	17,1
IRPF	15.463,3	14.395,4
Tributos Federais Retidos	12.658,4	22.956,2
ISS	942,5	1.544,8
Plano de Previdência e Assistência Médica	8.291,2	8.173,2
Empréstimos, Retenções e Consig. natários	4.774,4	4.809,9
Total	56.444,7	65.997,4

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também tributos retidos de fornecedores.

Nota 20 – Tributos e encargos sociais¹

Trata-se de obrigações já deduzidos os tributos a recuperar.

Descrição	Em milhares de R\$		
	Dez/ 2018	Dez/ 2017 NBC TG 47	Dez/ 2017
Passivo fiscal diferido	59.755,9	47.348,3	
PIS / COFINS	45.993,9	39.722,5	39.722,5
ISS a recolher - parcelamento	25.536,9	30.967,8	30.967,8
ISS a recolher	19.548,2	21.524,6	21.524,6
CPRB	15.468,1	18.206,9	18.206,9
FGTS	8.182,5	7.933,7	7.933,7
Outros tributos	239,5	129,5	129,5
Total	174.725,0	165.833,3	118.485,0

1 Quaisquer notas de tributos representam a situação presente. É possível modificação da situação, dependendo da definição quanto à imunidade tributária mencionada na NE 31

20.1 – Passivo fiscal diferido

O registro em passivo fiscal diferido no total de R\$ 59,8 milhões refere-se a tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar, decorrentes do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47 (NE 4.1).

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/ 2018	Dez/ 2017 NBC TG 47
IRPJ/ CSLL	37.328,0	29.577,3
PIS/ COFINS	11.270,1	8.930,0
CPRB	5.949,7	4.714,3
ISS	5.208,0	4.126,6
Total	59.755,9	47.348,3



20.2 – ISS a recolher – parcelamento

O saldo de R\$ 25,5 milhões de ISS a recolher é resultado da obrigação a pagar, considerando as parcelas amortizadas e refere-se a parcelamentos administrativos de débitos tributários (PAT) formalizados entre os exercícios de 2014 e 2017, no município de São Paulo.

20.3 – ISS a recolher

Em 2018, através da Lei nº 16.757/2017, a alíquota de ISSQN referente a serviços de processamento de dados foi reduzida de 5% para 2,90% em São Paulo, o que contribuiu para menor valor de recolhimento do imposto quando comparado a 2017.

20.4 – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)

Os saldos a recolher de CPRB, em 2017, contempla também R\$ 2,9 milhões de parcelamento, decorrente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária, que foi liquidado em dezembro de 2018 (IN-RFB nº 1.855/2018; NE 20.4).

Nota 21 – IRPJ e CSLL**21.1 – Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL**

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2018	Dez/2017
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	605.415,1	174.994,4
(a) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	205.841,1	59.498,1
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	(60.128,4)	(7.617,7)
Incentivos fiscais	(2.671,6)	(1.986,2)
Constituição de JSCP	(17.686,4)	
Redução da base	(24,0)	(24,0)
Despesas não dedutíveis e ganhos não tributáveis	258,1	(693,7)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL reconhecido para consolidação PERT	(3.812,1)	
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em ativo fiscal diferido	(41.486,7)	(5.495,2)
Diferenças temporárias não reconhecidas anteriormente	5.294,2	(21.930,3)
Baixa de imposto não recuperável		581,3
Total (a) + (b)	145.712,7	51.880,3
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	24,1 %	29,6 %

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil do exercício (R\$ 605,4 milhões), resultou numa alíquota efetiva de 24,1%, equivalente a R\$ 145,7 milhões.

21.2 – Tributos correntes e diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2018	Dez/2017
Despesa corrente	94.106,7	62.564,0
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	94.106,7	61.982,7
Baixa de imposto não recuperável	-	581,3
Despesa diferida	51.606,0	(10.683,7)
Diferenças temporárias	55.418,1	(32.614,0)
Reversão de prejuízo fiscal e base negativa constituído em ativo fiscal diferido	-	21.930,0
Constituição de prejuízos fiscais e base negativa para consolidação do PERT	(3.812,1)	-
Resultado de despesas IRPJ e CSLL líquido de diferidos	145.712,7	51.880,3

1 Quaisquer notas de tributos representam a situação presente. É possível modificação da situação, dependendo da definição quanto à imunidade tributária mencionada na N

21.3 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$

Descrição	2017	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	2018
(a) Passivo fiscal diferido (circulante) (NE 20.1)	-	(7.750,7)	(29.577,3)	(37.328,0)
Provisão ativa - reconhecimento inicial de receita (CPC 47)	-	-	(29.577,3)	(29.577,3)
Provisão ativa – estimativa de receitas CPC 47	-	(7.750,7)	-	(7.750,7)
(b) Ativo fiscal diferido (NC)	894.933,8	(481.095,4)	63.582,7	477.421,1

Em milhares de R\$

Descrição	2017	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	2018
Provisões trabalhistas e cíveis	558.952,9	(479.560,3)	-	79.392,6
Passivo atuarial	173.103,4	4.125,7	63.582,7	240.811,8
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	98.827,1	2.441,3	-	101.268,4
Licença-prêmio	36.749,6	2.950,6	-	39.700,2
Provisão para acordo coletivo trabalhista 2017/2018	14.198,3	(14.198,3)	-	-
Plano de previdência complementar	9.828,9	0,0	-	9.828,9
Provisão para ressarcimento RFB	-	3.212,5	-	3.212,5
Provisão para perdas prováveis	3.273,6	(66,9)	-	3.206,7
(c) Passivo fiscal diferido (NC)	(479.660,3)	433.428,0	-	(46.232,3)
Processos trabalhistas – PSE	(459.177,6)	438.916,6	-	(20.261,0)
Provisão ativa – LFTSC	(20.482,7)	-	-	(20.482,7)
Provisão ativa – Licença-prêmio – PSE	-	(5.488,6)	-	(5.488,6)
(d) Créditos fiscais diferidos (NC) (b)+(c)	415.273,5	(47.667,4)	63.582,7	431.188,8
Total créditos fiscais diferidos (a) + (d)	415.273,5	(55.418,1)	(38.299,3)	393.860,7

O saldo de R\$ 393,9 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 477,4 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 29,6 milhões) e não circulante (R\$ 54 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais reconhecidas na demonstração de resultado (R\$ 55,4 milhões) e no patrimônio líquido (R\$ 34,0 milhões).

Nota 22 – Fornecedores

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
A vencer	126.541,6	128.708,7
Acordo de parcelamento		57.600,4
Total	126.541,6	186.309,1

Redução de R\$ 59,8 milhões das obrigações a pagar junto a fornecedores. Os acordos de renegociação de dívidas com fornecedores foram quitados em junho de 2018 e desde agosto não há pagamentos em atraso.

Nota 23 – Encargos trabalhistas

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Ações de preparação para aposentadoria (APA)	7.443,9	-
Apropriação por competência ACT	-	49.208,0
Férias (NE 24)	161.942,0	153.583,9
Licença prêmio (NE 24)	116.765,3	108.087,0
Total	286.151,2	310.878,9

Nota 24 – Obrigações com pessoal – 13º, férias e licença prêmio

Em milhares de R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Licença prêmio	112.208,9	4.556,4	-	116.765,3
Férias	147.690,6	33.029,6	(18.778,2)	161.942,0
Total	259.899,5	37.586,0	(18.778,2)	278.707,3

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

Nota 25 – Processo trabalhista a pagar

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Processo trabalhista – empregados do quadro externo	54.608,7	-
Processo trabalhista – empregados do quadro interno	19.874,8	2.000,0
Total	74.483,5	2.000,0



Representa as parcelas vincendas nos próximos doze meses referentes aos acordos judiciais homologados com reclamantes do quadro externo cedidos à RFB e quadro interno.

Em relação ao quadro externo, em processo movido por 564 empregados do Serpro cedidos à RFB, em que pleiteiam diferenças salariais em razão de desvio de função (NE 29.1), o acordo com 511 reclamantes totaliza R\$ 247,9 milhões e, mensalmente, conforme desembolso, o Serpro emite Notas de Ressarcimento, junto ao órgão cessionário (NE 9, NE 13). Cabe ressaltar que essa obrigação estava provisionada em R\$ 1.272,4 milhões, tendo sido revertida com o referido acordo (NE 29.1). O valor total desembolsado em 2018 (R\$ 39,2 milhões) foi ressarcido no exercício.

Quanto aos empregados do quadro interno, o saldo a pagar refere-se a parcelas de acordo judicial para a reclamação trabalhista de reintegração e seus respectivos efeitos financeiros retroativos (NE 29.1).

Nota 26 – Plano de Previdência Complementar

O saldo de R\$ 37,2 milhões (R\$ 36,6 milhões em 2017) corresponde, sobretudo, aos valores reconhecidos (R\$ 28,9 milhões) a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC (NE 29.1.1). O valor restante representa as contribuições paritárias a recolher na data de encerramento do balanço.

Passivo Não Circulante

Nota 27 – Obrigações tributárias¹

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
ISS Renegociado	31.277,0	53.410,9
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	14.574,4	14.613,5
CPRB Renegociado	-	4.298,1
Total	45.851,4	72.322,4

¹ Quaisquer notas de tributos representam a situação presente. É possível modificação da situação, dependendo da definição quanto à imunidade tributária mencionada na NE 31

O conjunto dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social alcançam R\$ 45,9 milhões, assim constituídas:

i) PIS – COFINS (R\$ 14,6 milhões) referem-se às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

ii) ISS-SP renegociado sobre a receita (R\$ 31,3 milhões), decorre de parcelamentos pelo prazo de 60 meses. Cumpre esclarecer que a dívida consolidada perfaz R\$ 56,8 milhões (84,4 milhões em 2017), da qual R\$ 25,5 milhões (R\$ 31,0 milhões em 2017) está classificada no passivo circulante;

iii) CPRB renegociada com adesão ao PERT/17 que foi liquidada em 2018 com a utilização de créditos tributários (R\$ 3,8 milhões), além de desembolsos na ordem de R\$ 2,7 milhões.

Nota 28 – Processo trabalhista a pagar

Representa as parcelas vincendas após os próximos doze meses de acordos judiciais do processo movido por integrantes do quadro externo (R\$ 154,1 milhões) e do quadro interno (R\$ 26,1 milhões) perfazendo um saldo na referida conta de R\$ 180,2 milhões (NE 29.1).

Nota 29 – Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

O saldo de R\$ 243,0 milhões refere-se ao somatório das provisões para perdas judiciais (trabalhistas e cíveis) e administrativas. No exercício 2017, o saldo de R\$ 1.644,0 milhões contemplava apenas as provisões para perdas judiciais, uma vez que não constavam perdas administrativas previstas.

29.1 – Provisões trabalhistas e cíveis

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis (R\$ 233,5 milhões) são suficientes para representar, fidedignamente os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R2)).

Em 2018, houve confirmação da tendência de diminuição do passivo judicial devido a celebração de acordos judiciais que reduziram sensivelmente os riscos dos processos de maior vulto na composição do passivo contingente.

Em relação a processo movido por 564 empregados do Serpro cedidos à RFB, em que pleiteiam diferenças salariais em razão de desvio de função, foi provisionado, no fim de 2017, o valor de R\$ 1.345,2 milhões, que foi reduzido para R\$ 50,6 milhões, em 2018, uma vez que, em razão de acordo judicial homologado com 511 reclamantes, restaram no processo apenas 53 reclamantes.

Importante destacar que há possibilidade de majoração posterior do valor ora provisionado, caso haja distribuição, pelos empregados que não aderiram ao acordo, de ações declaratórias que visam a demonstração da continuidade do desvio de função após 27 de dezembro de 2000, data em que o TST, em decisão do recurso de revista interposto pela União, determinou a limitação da execução, transferindo aos reclamantes o ônus de demonstrar que após referido período manteve-se o desvio de função deferido nos autos.

Destaque-se ainda que, nos termos do Despacho do Ministro da Fazenda, os valores envolvidos serão reembolsados, motivo pelo qual são registrados no ativo não circulante, portanto suas movimentações não geram impactos sobre o resultado empresarial, conforme entendimento expresso no Parecer nº GQ-56/1994.

Também foram concluídos esforços para a construção de acordos judiciais para a reclamação trabalhista de reintegração, que foi movida por empregados do quadro interno e seus respectivos efeitos financeiros retroativos. A provisão associada a esse processo variou de R\$ 117,1 milhões para R\$ 124,4 milhões em 2017 e reduziu para R\$ 35,2 milhões para o 4º trimestre de 2018. Tal redução representa a concretização das tratativas de acordos iniciadas após êxito parcial de recurso do Serpro datado de março de 2017. Os acordos homologados alcançaram 10 (dez) dos 12 (doze) reclamantes do referido processo principal, com quitação geral de outros 12 processos judiciais a ele vinculados e que estavam em curso em diversos órgãos do Tribunal

Regional do Trabalho da 1ª Região, tendo sido gerada uma significativa e relevante economia para o patrimônio do Serpro, inclusive quanto às custas judiciais à luz da reforma trabalhista.

É importante destacar que ficou entabulado no acordo celebrado em 18.06.2018 que, considerando a triplíce relação existente entre os reclamantes (participantes), reclamado (patrocinador) e o Serpro (entidade de previdência complementar), o Serpro ressarciria o Serpro da totalidade do valor do aporte patronal devido, em conformidade com o regulamento PS-II e a legislação aplicável, nos termos do critério adotado para cálculo dos benefícios complementares com lastro nas bases técnicas já expostas pelo Serpro. Os aportes patronais são devidamente corrigidos com os encargos provenientes do regulamento do plano, nos moldes da previsão contida no art. 202 da Constituição federal, regulamentado pelas Lei complementares n.º 108 e n.º 109, ambas de 2001. O referido aporte ocorreu em 27.12.2018, no valor de R\$ 13,7 milhões. Ressalta-se que a questão da contribuição previdenciária (INSS) será discutida em juízo em momento oportuno.

Existem alguns fatores estruturantes que refletirão na provisão: (1) alteração da forma de atualização dos débitos trabalhistas; e (2) reforma trabalhista. Os reflexos ainda não se encontram passíveis de reconhecimento, visto a dificuldade de cálculo dos impactos destes fatores na provisão, já que ainda necessita uma maturação do entendimento do judiciário frente aos temas.

29.1.1 – Ações Cíveis Relevantes

As duas ações cíveis movidas pela EFPC – Serpro abaixo não constam das provisões judiciais. Entretanto, o passivo foi contabilmente reconhecido, com base na competência. Os valores totalizam R\$ 28,9 milhões em 2018.

Ação de cobrança de parte relacionada 1 (SERPROS)

Trata-se de ação de cobrança movida pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado em face do Serpro, alegando dívida oriunda do não pagamento dos juros incidentes no período de suspensão pelo TCU dos valores devidos a título de aporte financeiro destinado a viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II - amortização da dotação inicial - parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", no valor total de R\$ 11,3 milhões. O processo encontra-se em negociação junto ao Credor.

O processo está na fase instrutória na primeira instância, não tendo sido possível a conciliação neste caso.

Ação de cobrança de parte relacionada 2 (SERPROS)

Trata-se de ação de cobrança movida pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado em face do Serpro, alegando suposta dívida oriunda do não pagamento de encargos incidentes no período compreendido entre abril de 2013 a fevereiro de 2016 referentes aos termos de acordo para parcelamento do aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro para o Plano Serpro II e seus aditivos, termo de amortização da dotação inicial e termo de parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei nº 8.020/90, além da cobrança de encargos incidentes sobre as contribuições paritárias devidas aos cofres dos planos de benefícios do SERPROS. Valor cobrado em abril de 2018: R\$ 12,1 milhões.

O processo está na fase de conhecimento na primeira instância e as partes demonstram interesse e disposição na conciliação. A possibilidade de perda desse processo consta como provável, havendo pequenas discordâncias com relação aos cálculos apresentados pelo SERPROS.

29.1.2 – Processos classificados como possíveis ou remotos de execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 52 processos trabalhistas, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota, com estimativa total em torno de R\$ 5 milhões, dos quais o valor de R\$ 400 mil refere-se ao quadro externo.

Em dezembro de 2017 os números eram 697 de processos judiciais avaliados como de execução possível ou remota e a estimativa estava em torno de R\$ 62,1 milhões

Execuções dos Processos	Quantidade	Em milhares de R\$		
		Quadro Externo	Quadro Interno	Total
Possíveis	42	409,5	4.507,7	4.917,2
Remotas	10	-	98,5	98,5
Total	52	409,5	4.606,2	5.015,6

29.1.3 – Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R2)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

29.2 – Provisões para perdas administrativas

O Serpro efetuou o provisionamento para perdas administrativas de R\$ 9,4 milhões referentes a valor calculado pela Empresa a ser ressarcido ao cliente RFB, em decorrência de reclamação do cliente quanto a faturamento a maior ocorrido no exercício de 2011. Considerando que o valor é incerto, foi dado tratamento de provisão no encerramento do exercício.

Nota 30 – Benefícios pós-emprego

Grupo composto pelas provisões matemáticas efetuadas com base em pareceres de consultorias atuariais especializadas, em atendimento à NBC TG 33 (R2). No exercício de 2018, houve o primeiro reconhecimento do passivo relativo ao PAS/Serpro..

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Plano de Previdência Complementar – PSI (NE 35.1)	539.369,0	509.127,8
Programa de Assistência à Saúde – PAS/Serpro (NE 35.2)	168.901,2	-
Total	708.270,1	509.127,8



Nota 31 – Imunidade Tributária

Existia uma litigância entre o Serpro e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em que se questionava o auto de infração tributário de ICMS no valor histórico de R\$ 250,4 milhões.

Da ação cível originária supracitada, o Serpro obteve decisão monocrática em favor de sua tese, reconhecendo a imunidade tributária e anulando o suposto débito. Uma vez certificado o trânsito em julgado o Serpro elaborou estudos técnicos a respeito dos efeitos contábeis e econômicos da imunidade. Atualmente, os estudos encontram-se em fase de avaliação, considerando a complexidade relacionada à operacionalização junto ao Fisco.

Nota 32 – Patrimônio Líquido

O aumento do patrimônio líquido em R\$ 341,8 milhões, que representa uma evolução de R\$ R\$ 636,6 milhões para R\$ 978,5 milhões, está associado às seguintes ocorrências:

i) Ocorrências com impacto positivo (R\$ 517,1 milhões): resultado do exercício (R\$ 459,7 milhões); e reconhecimento de saldo inicial de valores a faturar, em conformidade com a NBC TG 47 (R\$ 57,4 milhões);

ii) Ocorrências com impacto negativo (R\$ 175,2 milhões): primeiro reconhecimento de passivo atuarial referente ao plano de saúde PAS/Serpro (R\$ 111,5 milhões); declaração de dividendos mínimos obrigatórios sob a forma de juros sobre capital próprio (R\$ 52,0 milhões); outros resultados abrangentes, impactados sobretudo pelo reconhecimento de perdas atuariais de R\$ 11,9 milhões relativas ao plano de previdência complementar (R\$ 11,7 milhões).

O Patrimônio Líquido do Serpro é composto conforme subitens a seguir.

32.1 – Capital Social

O capital social do Serpro perfaz R\$ 1.061,0 milhões, integralmente subscrito pela União, conforme consta do Art. 5º do Estatuto Social da Empresa.

32.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. O saldo de R\$ 138,2 milhões desta reserva será mantido até sua total realização de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

32.3 – Reserva de Lucros

No encerramento do exercício de 2018, o Serpro apresenta saldo em duas contas de reserva de lucros: Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros.

32.3.1 – Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei nº 6.404/1976 e Art. 36, § 3º, Inciso I, do Estatuto Social. O saldo da reserva em 2018 totaliza R\$ 11,0 milhões, totalmente constituído no exercício.

32.3.2 – Reserva de Retenção de Lucros

Após a constituição da Reserva Legal e destinação de 25% do lucro ajustado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o saldo remanescente destina-se para pagamento de dividendo adicional ou constituição de outras reservas de lucros, nos termos da lei, sendo que a retenção para investimento deverá ser acompanhada de justificativa técnica aprovada pelo Conselho de Administração, conforme Art. 36, § 4º do Estatuto Social.

Consta da proposta de destinação do lucro do exercício a previsão de retenção de R\$ 156,1 milhões, ao saldo remanescente do lucro.

A reserva destina-se à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração.

32.4 – Outros Resultados Abrangentes

Representam itens de receita e despesa que não transitam pelo resultado do exercício (NBC TG 26 (R5)). No Serpro, o saldo de R\$ 387,8 milhões (R\$ 376,0 milhões, em 2017) representa o reconhecimento ao longo dos exercícios de perdas atuariais calculadas por consultoria atuarial e de ajustes de avaliação patrimonial de ativos financeiros mensurados pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) (NE 7, NE 35.1).

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018*	Dez/ 2017*
AAP de passivo atuarial – Plano de Previdência Complementar	(386.364,4)	(374.414,0)
AAP de ativos financeiros – Investimentos em Incentivos Fiscais	(1.410,4)	(1.616,8)
Total	(387. 774,8)	(376. 030,8)

***Valores líquidos de tributos**

No exercício de 2018, destaca-se o reconhecimento de perdas atuarias no valor, líquido de tributos, de R\$ 11,9 milhões, efetuado com base em parecer atuarial de consultoria especializada (NE 35.1).

A partir do exercício 2019, os ganhos ou perdas atuariais vinculados ao passivo do plano de saúde PAS/Serpro passarão a ser registrados em outros resultados abrangentes. Em 2018, a contrapartida do saldo inicial deste passivo foi reconhecida em prejuízos acumulados, uma vez que se refere ao primeiro registro da obrigação e somente a partir deste saldo é possível efetuar os cálculos futuros de ganhos ou perdas, conforme parecer de consultoria atuarial.

32.5 – Lucros e Prejuízos acumulados

O saldo de prejuízos acumulados foi absorvido pelo lucro apurado no exercício de 2018.

Em milhares de R\$

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(186. 616,4)
Reconhecimento inicial de passivo atuarial (PAS/Serpro) – líquido de tributos	(111.474,8)
Reconhecimento inicial – NBC TG 47	57.414,8

Em milhares de R\$

Descrição	Valor
Lucro Líquido do Exercício	459.702,3
Saldo antes da Destinação dos Resultados	219. 026,0
Constituição de Reserva Legal	(10.951,3)
Juros sobre Capital Próprio imputados ao Dividendo Mínimo Obrigatório	(52.018,7)
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros para Investimento Futuro	(156.056,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

Nota 33 – Resultado do exercício 33.1 – Receita Bruta

Para fins de comparabilidade entre os exercícios de 2017 e 2018, consta do quadro abaixo a evolução do faturamento bruto.

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017	Variação	%
Faturamento Bruto	3. 283. 245,4	2. 931. 812,7	351. 432,7	12,0
Serviços de processamento de dados	2.864.237,8	2.534.179,3	330.058,4	13,0
Desenvolvimento de software	287.725,9	223.877,6	63.848,3	28,5
Suporte e assistência técnica	117.378,4	148.611,1	(31.232,7)	(21,0)
Demais serviços	13.903,4	25.144,7	(11.241,3)	(44,7)

33.1.1 – Receita Bruta por obrigação de desempenho

Considerando a aplicação inicial da NBC TG 47, demonstra-se a receita bruta do exercício de 2018 nas principais obrigações de desempenho do Serpro.

Em milhares de R\$

Descrição	Valores faturados	Baixa de valores a faturar	Valores a aturar	Total resultado
Hospedagem de aplicações	2.172.933,9	(74.218,1)	84.550,3	2.183.266,1
Desenvolvimento e manutenção de software	302.116,6	(2.478,4)	16.658,3	316.296,5
Administração de rede de longa distância	215.145,9	(9.179,3)	9.515,5	215.482,0
Administração de rede local	134.708,3	(8.647,1)	8.776,4	134.837,7
Gestão de margem consignável	65.322,1	(1.775,5)	1.315,7	64.862,3
Administração nacional de ambiente	63.491,9	-	-	63.491,9
Denatran consulta online	43.096,1	(906,4)	952,1	43.141,8
Emissão de certificado digital	39.629,0	(1.123,7)	982,9	39.488,1
Emissão de CNH	39.850,2	(1.129,3)	-	38.720,9
Infoconv	32.679,3	(791,5)	884,5	32.772,3
Demais obrigações de desempenho	174.272,2	(4.513,7)	8.580,4	178.338,9
Total	3.283.245,4	(104.763,2)	132.216,2	3.310.698,5

33.2 – Receita Líquida

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Receita Bruta	3. 310. 698,5	2.931. 812,7
(-) ISS	(130.395,8)	(143.472,9)
(-) PIS / PASEP	(50.336,0)	(44.332,0)
(-) COFINS	(231.876,7)	(204.219,5)
(-) ICM\$	(145,8)	(182,1)
(-) INSS Patronal	(148.829,8)	(119.952,2)
(-) Descontos Concedidos	(1.987,6)	(1.882,3)
(-) Vendas Canceladas	(229,1)	(1.406,0)
(-) Outras Deduções de Vendas	(31.224,5)	(33.465,1)
Receita Operacional Líquida	2. 715. 673,2	2. 382. 900,6



33.3 – Resultado do Exercício

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez / 2018	Dez / 2017
Receita Operacional Líquida	2.715.673,2	2.382.900,6
Custo dos Serviços Prestados	(1.045.434,5)	(1.113.704,2)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(1.064.823,6)	(1.094.202,1)
Provisão para IRPJ e CSLL	(94.106,7)	(62.564,0)
Créditos tributários diferidos	(51.606,0)	10.683,7
Resultado Líquido do Exercício	459.702,3	123.114,0

No exercício de 2018, o Serpro alcançou lucro de R\$ 459,7 milhões que comparado ao mesmo período do ano anterior R\$ 123,1 milhões, reflete um acréscimo de R\$ 336,6 milhões no lucro, ou seja, 273,4%.

O acréscimo no lucro é reflexo da conjunção dos seguintes fatores: aumento de produção com sincronização dos processos produtivos, novas ideias de negócios, expansão do faturamento de clientes e a execução do faturamento de novos contratos. Em 2018, o faturamento representou 105,8% da meta estabelecida.

33.4 – Custos e Despesas Operacionais

Desagregando-se os componentes do total dos custos e despesas, verifica-se redução de 4,5% com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 99,4 milhões, cujo desdobramento deu-se da seguinte forma:

Reduções:

Gastos com pessoal:

i) 4,2% resultante de ajustes na estrutura dos gastos com pessoal, com destaque para a realização de ações preparatórias para aposentadoria, que contribuiu para a queda do número de empregados e consequentemente redução da despesa com pessoal, e acordo coletivo de trabalho cuja negociação resultou em reajuste com alíquota menor do que os índices realizados de IPCA no período, proporcionando impacto positivo para o resultado do exercício;

Gastos com benefícios:

i) 39,6% dos gastos com o plano de previdência complementar, com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 71,6 milhões. Queda associada ao provisionamento da quantia de R\$ 31,8 milhões (ou R\$ 2,7 milhões mensais) para fazer frente a benefícios pós-emprego ao longo do exercício corrente, revelando substancialmente inferior ao valor de R\$ 86 milhões, apurado no exercício de 2017, que correspondeu a R\$ 7,2 milhões mensais.

Encargos sociais:

i) 11,2% tendo em vista que em agosto de 2017 foi reconhecido o recolhimento do INSS patronal sobre a folha de pagamento e não pelo faturamento, como vem ocorrendo desde dezembro de 2011. O recolhimento diferenciado se deu pela insegurança jurídica causada pela publicação da MP 774/2017 que revogou a Lei 12.546/2011. Cumpre destacar que o reconhecimento do INSS patronal sobre a folha em ago/17 representou R\$ 18,4 milhões. Desse modo, é natural que ao comparar o período acumulado de 2017 com o do exercício corrente verifique-se uma variação expressiva.

Depreciação e amortização

i) 13,8% em razão do volume de investimentos dos últimos exercícios, cujo indicador (Investimentos/(depreciação+amortização) apresenta a relação menor que uma unidade, o que indica que o volume de investimentos não têm sido compatíveis com a necessidade de reposição/manutenção dos ativos da Empresa.

Locação e materiais

i) 17,3%, e 22,9%, respectivamente, impactaram positivamente as despesas operacionais em R\$ 14,1 milhões.

Resultado com Ações Judiciais

i) O impacto positivo de R\$ 6,8 milhões deveu-se em grande parte ao acordo judicial com empregados do quadro interno (NE 29.1), em que o valor reconhecido como passivo de fato (R\$ 53,9 milhões), foi menor que o valor provisionado anteriormente de R\$ 71,3 milhões.

Acréscimos:

Manutenção, serviços profissionais e comunicação

i) Despesas com manutenção (5,6%), serviços profissionais e contratados (35,3%) e comunicação (26,5%), cujos impactos, em conjunto, alcançaram R\$ 44,4 milhões.

Cabe ressaltar que, se tratando de serviços profissionais e contratados, o crescimento de despesa é reflexo do contrato realizado no segundo semestre de 2017 com a ECT para a emissão de certificados digitais, que representa um acréscimo de R\$ 2,5 milhões mês.

33.5 – Composição dos gastos na DRE

Descrição	Em milhares de R\$					
	2018			2017		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(772.489,9)	(861.728,6)	(1.634.218,5)	(824.724,7)	(881.108,6)	(1.705.833,4)
Depreciação/ Amortização	(77.247,7)	(45.502,4)	(122.750,1)	(91.932,4)	(50.429,9)	(142.362,3)
Locação	(41.335,2)	(20.479,5)	(61.814,7)	(50.706,5)	(24.010,5)	(74.717,0)
Manutenção	(92.906,0)	(61.231,9)	(154.137,9)	(90.978,3)	(54.924,5)	(145.902,8)
Comunicação	(41.780,1)	(7.030,3)	(48.810,4)	(45.293,0)	-	(45.293,0)
Serviços Profissionais	(38.776,3)	(60.613,6)	(99.389,9)	(30.563,4)	(42.890,5)	(73.454,0)
Serviços Públicos	(13.120,3)	(18.005,7)	(31.126,0)	(12.387,4)	(16.901,1)	(29.288,5)
Créditos a Receber	-	(9.774,8)	(9.774,8)	-	(4.673,2)	(4.673,2)
Créditos Tributários	34.487,3	-	34.487,3	34.580,2	-	34.580,2
Desp. Tributárias	-	(4.333,9)	(4.334,7)	(0,8)	(3.843,2)	(3.843,9)
Materiais	(90,3)	(3.906,7)	(3.997,0)	(25,9)	(5.158,8)	(5.184,7)
Outras Despesas / Receitas	(2.175,1)	39.513,8	37.338,7	(1.672,0)	6.531,0	4.859,0
Judiciais	-	(10.632,4)	(10.632,4)	-	(17.433,7)	(17.433,7)
Total	(1.045.434,5)	(1.063.725,9)	(2.109.160,4)	(1.113.704,2)	(1.094.843,1)	(2.208.547,2)

Nota 34 – Destinação do Resultado e remuneração do acionista

Considerando o lucro de R\$ 459,7 milhões e o disposto no Estatuto Social, a proposta de destinação do resultado, aprovada junto às demonstrações contábeis, foi elaborada da seguinte forma:

Em milhares de R\$	
Descrição	Valor
Lucro líquido do exercício (a)	459.702,3
Absorção de prejuízos acumulados (b)	(240.676,3)
Base de cálculo da reserva legal (c) = (a) + (b)	219.026,0
Reserva legal (5%) (d) = (c) x 5%	10.951,3
Base de cálculo para dividendos (e) = (c) + (d)	208.074,7
Dividendos / JSCP (25%) lucro líquido ajustado (f) = (e) x 25%	52.018,7
Reserva de retenção de lucros (g) = (e) + (f)	156.056,0

Nos termos da Lei 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social, o valor dos juros pagos ou creditados pelo Serpro, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Tal procedimento, significou ao Serpro uma economia tributária de R\$ 12,1 milhões, aumentando a remuneração do acionista em R\$ 2,9 milhões.

O limite dos juros sobre capital próprio calculado atingiu R\$ 58,8 milhões, o que permitiu a imputação de JSCP no valor total dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme cálculo abaixo:

Em milhares de R\$	
Descrição	Saldo em 31.12. 2017
I - capital social	1.061.004,8
V - prejuízos acumulados	(186.616,4)
Base de Cálculo da Remuneração do Acionista	874.388,4
TJLP 2018	6,7225%
Remuneração do Acionista (JSCP)	58.780,8
Limites (maior entre i e ii)	
i) 50% Lucro líquido antes do J SCP (após CSLL)	262.453,9
ii) 50% Lucros acumulados e reservas de lucros (inicial)	-

Nota 35 – Benefícios a empregados

35.1 – Plano de previdência complementar

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), Serpros Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

Cabe ressaltar que as informações disponibilizadas pela EFPC sobre o Plano Serpro PS-I e PS-II e referem-se a novembro de 2018.

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em novembro de 2018, o PS-I contava com 2.073 participantes saldados ativos e 3.897 participantes assistidos e pensionistas.

O Plano disponibiliza os seguintes benefícios:

i) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e benefício proporcional diferido;

ii) beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

O Plano PS-II (CD) contava com patrimônio social de R\$ 2,0 bilhões e o PS-II BD com R\$ 1,4 bilhão e respectivo equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 304,3 milhões, conforme balancete da EFPC em 30/11/2018.

Em 2018, o Serpro contratou consultoria para emissão de Parecer Atuarial e Contábil (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, constam dos subitens a seguir:

Com relação ao PS-I

O passivo atuarial líquido (*deficit*) do plano de benefício definido foi remensurado para R\$ 539 milhões (R\$ 509 milhões em 2017), com contrapartida negativa em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pelo patrocinador. O valor não se confunde com o *deficit* apurado pela EFPC no Plano PS-I, supracitado, neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

Quadro de movimentação do passivo – PS-I

Itens da movimentação do (Passivo) / Ativo	31/ 12/ 18
a) Passivo no início do exercício	(509.127.785,4)
b) Custo Corrente do exercício	(31.756.722,2)
Custo do serviço	
Juros	259.427.722,4
(-) Rendimentos dos Investimentos	(208.850.968,2)
(-) Contribuições	(18.820.032,1)
Subtotal itens da movimentação (Passivo) / Ativo	(540.884.507,5)
c) (-) Contribuições do Patrocinador	19.622.255,1
d) Passivo contábil antes do ajuste atuarial (a+b-c)	(521.262.252,4)
e) Ajuste contra Outros Resultados Abrangentes – ORA	(18.106.722,1)
(Perdas) / ganhos atuariais do exercício	(18.106.722,1)
f) Passivo no final do exercício (d+e)	(539.368.974,5)

Além disso, será reconhecido como custo da obrigação de benefício definido, no resultado de 2019, o valor de R\$ 49,6 milhões. Este custo é estimado pela consultoria atuarial, com base no método atuarial Crédito Unitário Projetado (NE 3.9.1.2), e impacta o resultado do próximo exercício, em atendimento à competência contábil.

Com relação ao PS-II

Em 2018, foi constatado no parecer atuarial ativo atuarial líquido (superavit) de R\$ 446 milhões no Plano PS-II – Benefício Definido (R\$ 551 milhões em 2017). Entretanto, considerando-se a regra do teto de ativo (asset ceiling), esse superavit não deve ser reconhecido no balanço do patrocinador.

A legislação determina que o superavit apurado em plano BD deve ser ajustado para refletir os efeitos de suas limitações de valor líquido para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Assim, entende-se que o benefício econômico apurado somente poderá ser revertido ao patrocinador após cumpridas todas as exigências legais da previdência complementar e, posteriormente, à aprovação de todos os órgãos competentes aos quais a EFPC e o patrocinador estão subordinadas.

Premissas técnicas

As hipóteses atuariais, biométricas e econômico-financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pela EFPC e pela consultoria atuarial. As informações geradas pela consultoria atuarial tomaram por base o cadastro dos participantes (ativos e assistidos) em julho de 2018, e os demonstrativos (financeiros, contábeis e atuariais) encerrados em setembro de 2018 pela EFPC, projetados até dezembro.

Premissas Biométricas e Financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
-------------------------------------	--------------	---------------

Premissas Biométricas e Financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
Duration calculada	9,69 anos	10,26 anos
Taxa de desconto	4,83% ao ano	4,86% ao ano
Rotatividade	Nula (participantes c/ direito adquirido)	,0% até 47 anos; 0%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A	3,55% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupal americana	Grupal americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	97,75%	97,75%
Composição familiar	Ativos 90% casados; Cônjuge Feminino, 3 anos mais jovem; 1,5 filhos.	Ativos 90% casados; Cônjuge Feminino, 3 anos mais jovem; 1,5 filhos.
Idade mínima para aposentadoria	55 anos	55 anos
Inflação projetada em 2019 Boletim Focus (BACEN)	,50% ao ano	4,50% ao ano
Rentabilidade esperada para os ativos financeiros	9,55% ao ano	9,58% ao ano

35.2 – Programa de assistência à saúde: PAS/Serpro - NBC TG 33 (R2)

O Programa de Assistência à Saúde do Serpro – PAS/Serpro é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão em recursos humanos, oferecido aos empregados e seus dependentes. Em 31 de dezembro de 2018 o PAS contava com 24.145 beneficiários divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos, bem como seus dependentes. O custeio do Grupo I é definido em Regulamento e conta com a participação da Empresa e dos empregados.

Grupo II – empregados inativos, bem como seus dependentes, e agregados. O custeio do Grupo II é definido em Regulamento e o pagamento da mensalidade é integral pelos beneficiários titulares.

A consultoria atuarial forneceu as informações, relativas ao PAS/Serpro, preparadas de acordo com as normas de contabilização nacionais relacionadas aos compromissos com planos de benefícios pós-emprego, contidas nas disposições do Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), Resolução CFC nº 1.425/2013 e NBCT TG 33 (R2). As despesas relacionadas aos benefícios de curto prazo são reconhecidas, a medida de sua ocorrência, no exercício a que se relacionam.

As principais hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais em posição de 31/12/2018 são apresentadas na tabela a seguir. As premissas posicionadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para a determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data e para o cálculo da despesa/receita para o exercício subsequente.

Programa de assistência à saúde: PAS/Serpro – NBC TG 33

Premissas	Taxas Reais em 31/12/2018
Taxa de Desconto	4,94% a.a
Duration do Plano	17,37 anos
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50% a.a.
Inflação Médica - Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	3,25% a.a.
Fator de Idade - Aging factor (para evolução do Custo)	de 0 a 24 anos = 0,50% a.a. de 25 a 54 anos = 2,00% a.a. de 55 a 79 anos = 4,50% a.a. a partir de 80anos = 3,00% a.a.
Fator de Idade - Aging factor (Médio ponderado para evolução da Contribuição)	3,38% a.a.
Custos Médicos (Claim Cost - 35 anos)	Grupo I = 407,08



Programa de assistência à saúde: PAS/Serpro – NBC TG 33

Premissas	Taxas Reais em 31/12/2018
	Grupo II = 411,66
	Liminar = 326,69
	APA = 522,20
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo
Rotatividade	1% até 47 anos e 0% após
Entrada em aposentadoria	61 anos
	Ativos: 90% casados;
Composição familiar	Cônjuge do sexo feminino: 3 anos mais jovem;
	1,5 filhos
Permanência no plano médico	73,12%
Evolução do custo	Inflação + HCCTR + Aging Factor
Evolução do prêmio	Inflação + HCCTR + Aging Factor ponderado

A Taxa de Inflação a Longo Prazo utilizada para o estudo atuarial foi de 4,50% ao ano, conforme expectativa do IPCA/2019 publicada pelo BACEN.

A Taxa de Desconto utilizada para a determinação, na data base da avaliação atuarial, do valor presente resultante do fluxo de caixa esperado para a cobertura dos benefícios pós-emprego. Considerando a metodologia de "duration" ajustada, a partir da Macaulay Duration, os dados de mercado de 28/12/2018 para os retornos esperados das NTN-B, e as maturidades das obrigações dos planos de benefícios pós-emprego avaliados, a taxa de desconto converge para a taxa aproximada de 4,94% para o Plano Médico, em termos reais, líquida da inflação medida pelo IPCA, ou 9,66%, em termos nominais, se considerada a taxa de inflação de longo prazo de 4,50% selecionada pela Empresa.

As obrigações apresentadas são calculadas com o uso do método atuarial do Crédito Unitário Projetado (CUP) requerido pela norma contábil adotada. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este trabalhará para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

O passivo atuarial líquido (*deficit*) do PAS/Serpro foi mensurado em R\$ 168,9 milhões. Ressalta-se que este estudo serviu por base para o primeiro reconhecimento contábil, com isso, o valor foi registrado em resultados de exercícios anteriores (prejuízos acumulados), conforme determinado pela legislação vigente.

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial, com os regramentos contábeis realizado pelo empregador. O valor não se confunde com os estudos atuariais realizados por outra consultoria para reajuste das mensalidades dos beneficiários do PAS/Serpro.

Além disso, será reconhecido como custo da obrigação de benefício, no resultado de 2019, o valor de R\$ 13,7 milhões. Este custo é estimado pela consultoria atuarial, com base no método atuarial Crédito Unitário Projetado (NE 3.9.1.3), e impacta o resultado do próximo exercício, em atendimento à competência contábil.

35.3 – Programa de Auxílio Alimentação

O benefício auxílio alimentação é regido pelo programa de alimentação do trabalhador - PAT, Lei nº 6.321/1976 e cláusula 64ª do acordo coletivo de trabalho - ACT vigente. É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes, na modalidade cartão eletrônico. Para os empregados, no ACT 2016/2017, foi fixado o valor mensal de R\$ 874,1. Já o ACT 2018/2019, fixou o valor mensal de R\$ 918,0 a ser pago a partir de maio de 2018, com efeitos retroativos de R\$ 69,6 relativos aos meses de março e abril/2018, pagos em duas parcelas, sendo 50% em maio e o restante creditado no mês de julho/2018. Para os dirigentes, o valor mensal pago é de R\$ 747,60 desde abril/2015, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

35.4 – Plano odontológico

O PAS-odonto/Serpro é um benefício oferecido aos empregados e familiares. O programa é custeado na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade pelo Serpro e pelos empregados.

Nota 36 – Seguros

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil e vida em grupo, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	R\$ 963.901,2
Vida em grupo	Morte qualquer causa, Indenização especial de morte por acidente, Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$ 16,0 por vida

Em milhares de R\$

Nota 37 – Partes relacionadas**37.1 – Remuneração de empregados**

A política salarial do Serpro contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.592,99 e R\$ 36.997,1 considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.886,3.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.844,2 e R\$ 36.649,9 e média de R\$ 16.124,5.

37.2 – Remuneração de dirigentes

Nos casos de cargos diretos, a maior remuneração foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº3).

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias, o que representa R\$ 3.662,5. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representa R\$ 5.000,0, sem direito ao recebimento de férias ou 13º salário.

Em atendimento ao disposto no §5º do Art. 37 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, e conforme orientações da SEST encaminhadas no Ofício Circular nº 297/2018-MP, o Serpro elaborou metodologia de remuneração variável anual (RVA) dos diretores e encaminhou proposta de RVA 2019 à SEST, em 2018, que se encontra sob análise, com efeito financeiro no exercício de 2020.

Existe, em caso de exoneração de diretor, uma previsão de remuneração compensatória (quarentena) pelo período de 6 meses que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

37.3 – Transações Comerciais

Conforme prevê os artigos 3º e 4º do Estatuto Social, o objeto social do Serpro está relacionado à prestação de serviços de tecnologia da informação ao Governo Federal, e entre suas finalidades consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Assim, os clientes do Governo Federal são considerados partes relacionadas. No quadro abaixo constam a Receita Federal (RFB), no papel de principal cliente e vinculado ao mesmo ministério supervisor, seguida pelos clientes que possuem membros nos órgãos estatutários do Serpro, que consequentemente tem potencial de influência na tomada de decisão da Empresa. Os demais clientes do Governo Federal são agregados em "Demais OGU". Importante mencionar que, apesar da relação existente, a empresa aplica a mesma política de preços para todos seus clientes.

Clientes	Membros Órgãos estatutários	Faturamento	A receber (circulante)	PECLD (circulante)	Em milhares de R\$	
					Avaliação de Direito	PECLD (não circulante)
RFB		1.509.651,8	166.310,2	(714,4)	243.279,7	(243.279,7)
MP*	CA(1)	237.961,9	84.883,9	(3.277,7)	8.698,8	(8.698,8)
STN	CF(2)	234.095,3	-	-	-	-
PGFN	CA(1); CF(1)	189.140,4	39.608,8	(15.574,3)	7.725,8	(7.725,8)
SA/MF*	CA(1)	97.184,4	615,9	(614,2)	258,9	(258,9)
Demais OGU		605.239,3	117.726,4	(5.799,3)	4.505,5	(4.505,5)
Demais Clientes		409.972,4	55.634,3	(5.768,2)	1.631,4	(1.631,4)
Total		3.283.245,4	464.779,5	(31.748,1)	266.100,1	(266.100,1)

CA: Conselho de Administração; CF: Conselho Fiscal

Além dos membros vinculados aos clientes do quadro, integra o CA um membro da Secretaria Executiva do MF* e um representante dos empregados e dois independentes.

*De acordo com a Medida Provisória nº 870 de 1º janeiro de 2019, o Ministério da Fazenda, o Ministério do



Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho foram transformados no Ministério da Economia.

* De acordo com a Medida Provisória nº 870 de 1º janeiro de 2019, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho foram transformados no Ministério da Economia.

37.4 – Entidade Fechada de Previdência Complementar

É considerada como parte relacionada a entidade que é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados da entidade que reporta a informação e do próprio plano de benefício (NBC TG 05 (R3)).

Dessa forma, a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), Serpros Fundo Multipatrocinado, é considerada parte relacionada do Serpro, tendo em vista que o Estatuto da EFPC prevê que empregados de ambas as entidades podem ser participantes dos planos ofertados.

Nas demonstrações contábeis, as operações com a EFPC se resumem ao constante do quadro a seguir:

Operação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (no Resultado exercício)	Resultado
Créditos a receber – LFTSC (NE 16)	60.243,3	-	-	-
Valores retidos de participantes	-	8.291,2	-	-
Encargos sobre contribuições (2013 a 2017)	-	28.908,5	-	-
Contribuições a recolher	-	8.269,8	-	-
Passivo atuarial	-	539.369,0	-	-
Perdas atuariais	-	-	(18.106,7)	-
Despesas com contribuições, custos e serviços	-	-	-	(108.874,1)
Total	60.243,3	584.838,5	(18.106,7)	(108.874,1)

Caio Mario Paes de Andrade
Diretor-Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com
Clientes

Antonino Guerra Neto
Diretor de Operações

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

Izabel Cristina da Costa Freitas
Diretora de Governança e Gestão

Iran Martins Porto Júnior
Diretor de Desenvolvimento

Daniel Azevedo Pansani
CRC-DF-021568/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2018

Aos
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL INDEPENDENTE DO OGU
SGAN Quadra 601 – Módulo V – CEP.: 70.836-900 - Brasília/DF
CNPJ.: 33.683.111/0001-07 - Site : www.serpro.gov.br

Prezados Senhores,

I – OPINIÃO SEM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, (“EMPRESA”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

II – BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

III - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o SERPRO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

IV – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

V – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do SERPRO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as



demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

VI – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

VII – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores independentes, cujo relatório emitido em 26 de fevereiro de 2018, sem modificação de opinião.

Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2019

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O“S”DF

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”DF
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”DF
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”DF
CNAI 4850

Extrato da Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2018 e para constituição de Reserva de Retenção de Lucros

Pelo presente instrumento, a Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) submete à Assembleia Geral a seguinte destinação do Resultado do Exercício Social de 2018, nos termos do Art. 192 a 203 da Lei 6.404/76 e Art. 9º e 36 de seu Estatuto Social:

Descrição	Valor
Lucro líquido do exercício (a)	459.702.340,33
Absorção de prejuízos acumulados (b)	(240.676.315,02)
Base de cálculo da reserva legal (c) = (a) + (b)	219.026.025,31
Reserva legal (5%) (d) = (c) x 5%	(10.951.301,27)
Base de cálculo para dividendos (e) = (c) + (d)	208.074.724,05
Dividendos / JSCP (25%) lucro líquido ajustado (f) = (e) x 25%	(52.018.681,01)
Reserva de retenção de lucros (g) = (e) + (f)	(156.056.043,03)

A proposta de constituição de Reserva de Retenção de Lucros visa atender, parcialmente, às necessidades de investimentos futuros, com base no orçamento de capital, nos termos do Artigo 196 da Lei 6.404/76, do Estatuto Social e da Política de Dividendos da Empresa (Deliberação CN-003/2019).

PARECERCA – 01/2019

Assunto: Demonstrações Contábeis e Destinação do Resultado 2018 - Serpro

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VII, XIII e XIV, do Art. 17, do Estatuto Social do Serpro, e

Considerando que o Parecer da Auditoria Interna Sobre os Controles Internos das Demonstrações Financeiras, datado de 07 de março de 2019, conclui que os controles internos examinados estão adequados, tendo em vista que não foram identificados achados relevantes que possam afetar as demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2018;

Considerando que o parecer da Audimec – Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2019, certifica que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

Considerando que o Relatório Anual de Atividades do Comitê de Auditoria – COAUD, em seu item 3.1.1, nas páginas 05 (cinco) e 06 (seis), atesta, subsidiado pelos pareceres da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Federal de Processamento e Dados – Serpro, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

Considerando que a Proposta para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2018 atende às previsões legais e estatutárias; e

Considerando que a constituição de Reserva de Retenção de Lucros está devidamente fundamentada em Orçamento de Capital com justificativa técnica para retenção.

Manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Contábeis da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2018, à destinação do resultado do exercício, à aprovação do Orçamento de Capital com justificativa técnica para constituição da Reserva de Retenção de Lucros, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 17 de abril de

2019.

Brasília, 12 de março de 2019

NERYLSON LIMA DA SILVA
Presidente

NINAMARIA ARCELA
Conselheira

IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI
Conselheira

LUÍS FELIPE SALIN MONTEIRO
Conselheiro

IVANYRA MAURA DE MEDEIROS CORREIA
Conselheira

EVANDRO BARREIRA MILET
Conselheiro

ANDRÉ DOS SANTOS GIANINI
Conselheiro

PARECERCA – 02/2019

Assunto: Relatório da Administração 2018 e Proposta de Remuneração dos Diretores, Conselheiros e Membros de Comitê de Auditoria

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no uso das atribuições que lhe confere os incisos XIV, XX e XXXIV, do Art. 17, do Estatuto Social do Serpro, e

Considerando que o Relatório da Administração 2018 atende o disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976 e abarca os temas relacionados aos negócios e às principais realizações administrativas do exercício findo, tais como a governança corporativa; a estratégia corporativa; o desempenho econômico-financeiro; os negócios e serviços; os investimentos em infraestrutura; a inovação em tecnologia da informação; a gestão de pessoas; e a responsabilidade social e sustentabilidade; e

Considerando que a Proposta de Remuneração dos Diretores, Conselheiros e Membros do Comitê de Auditoria segue estritamente as definições e orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, exaradas por meio do Ofício Circular nº 109/2019/CGGOV-SEST/MP, de 27 de fevereiro de 2019.

Manifesta-se favoravelmente ao Relatório da Administração 2018 e à Proposta de Remuneração dos Diretores, Conselheiros e Membros do Comitê de Auditoria, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 17 de abril de 2019.

Brasília, 12 de março de 2019

NERYLSON LIMA DA SILVA
Presidente

NINAMARIA ARCELA
Conselheira

IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI
Conselheira

LUÍS FELIPE SALIN MONTEIRO
Conselheiro

IVANYRA MAURA DE MEDEIROS CORREIA
Conselheira

EVANDRO BARREIRA MILET
Conselheiro

ANDRÉ DOS SANTOS GIANINI
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Parecer CF-01/2019

Assunto: Demonstrações Contábeis e Destinação do Resultado 2018

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163, da Lei nº 6.404/1976, e incisos II e III do artigo nº 26, do Estatuto Social do SERPRO, procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta de Destinação do Resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Considerando que o Relatório da Administração foi elaborado com a participação das áreas que compõem a Diretoria Executiva, com o objetivo de fundamentar e divulgar as principais realizações, além dos resultados operacionais e financeiros;

Considerando que o Parecer da Auditoria Interna Sobre os Controles Internos das Demonstrações Financeiras, datado de 07 de março 2019, conclui que os controles examinados estão adequados, não afetando as demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2018, apesar das ênfases e recomendações em acompanhamento, endossadas também por este Colegiado;

Considerando o parecer da Auditoria Independente Audimec Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, datado de 22 de fevereiro de 2019, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

Considerando que a Proposta para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2018 atende às previsões legais e estatutárias;

Considerando que a constituição de Reserva de Retenção de Lucros está devidamente fundamentada em Orçamento de Capital com justificativa técnica para retenção;

Considerando o Parecer CA 01/2019, de 12 de março de 2019.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Resultado, contemplando o Orçamento de Capital com justificativa técnica, encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de abril de 2019, na forma do inciso I, do artigo 9º do Estatuto Social.

Brasília, 12 de março de 2019

Fernando José Alves dos Santos
Presidente

Jersilene de Souza Moura
Conselheira

Fernando Pedrosa Lopes
Conselheiro

